



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE
CULTURAL LATINO-AMERICANA**

**“DEUS RECICLA, O DIABO INCINERA” - UMA ETNOGRAFIA
DA COOPERATIVA DE AGENTES AMBIENTAIS DE FOZ DO IGUAÇU/PR.
QUESTÕES SOBRE ANTROPOLOGIA URBANA E GESTÃO DE RESÍDUOS**

ANA FLÁVIA DA SILVA

Foz do Iguaçu
2016



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)

ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE CULTURAL
LATINO-AMERICANA

**"DEUS RECICLA, O DIABO INCINERA" - UMA ETNOGRAFIA DA COOPERATIVA DE
AGENTES AMBIENTAIS DE FOZ DO IGUAÇU/PR.
QUESTÕES SOBRE ANTROPOLOGIA URBANA E GESTÃO DE RESÍDUOS.**

ANA FLÁVIA DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana..

Orientadora: Prof. Dra. Barbara Maisonnave Arisi

Foz do Iguaçu
2016

ANA FLÁVIA DA SILVA

**DEUS RECICLA, O DIABO INCINERA - UMA ETNOGRAFIA DA COOPERATIVA DE
AGENTES AMBIENTAIS DE FOZ DO IGUAÇU/PR.
QUESTÕES SOBRE ANTROPOLOGIA URBANA E GESTÃO DE RESÍDUOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dra. Barbara Maisonnave Arisi
Antropologia
UNILA

Prof. Dr. Antonio de La Peña Garcia
Antropologia
UNILA

Prof. Dr. Luis Evelio Garcia Acevedo
Engenharia De Energias Renováveis
UNILA

Foz do Iguaçu, 12 de Julho de 2016

Dedico este trabalho a Nossa Senhora de Guadalupe, a todos os agentes ambientais da América Latina, tanto os de cooperativas como os autônomos e a todos cidadãos que separam suas embalagens. Esse trabalho é para vocês.

AGRADECIMENTO

Há quem diga que pessoas agradecidas são mais felizes e realizadas porque costumam ser mais humildes. Acredito muito nisso. Portanto, baseado nesse impulso de gratidão que sinto, quero dar *gracias* a todos e espero não esquecer ninguém. Saibam que estou em dívida com vocês, e pretendo fazer jus ao que cada um me ofereceu. Lá vai:

Começo sendo grata, sobretudo, e sobre todos, a Deus, essa Beleza escondida e apaixonante que é todo o sentido para mim. Em segundo lugar, agradeço à Ela, minha Senhora, que, por obediência, chamo de Nossa, a Maria de todos os nomes, muito obrigada!

À família: Obrigada mãe, pai, irmãos, tios e tias, especialmente ao tio Toninho, quem me fez escolher Antropologia e à vó, sempre tão confiante. Desagradeço aos primos, e ao tio Alex, por todas as distrações e convites irrecusáveis, fica o obrigada – apenas? -pelo amor e companhia. A toda essa gente carinhosa, meus agradecimentos.

Da Universidade: de maneira especial a Bárbara, minha orientadora, por me deixar confiante e segura. Obrigada por cada e-mail respondido, por cada referência enviada, por cada "marcação" no *Facebook*, por cada linha corrigida. Sou grata por cada gentileza, e digo que elas, em muitos momentos, foram decisivas para eu não desistir. Muitíssimo obrigada, professora.

Aos colegas do curso, à nossa turma indomável, sempre unida: Ane, Fran, Renata, Renan, André, Santi, Helô, Amandinha, Ademir, Agustin, Franca, ao Gus, Magda e Laís, à Marti, amo vocês, como já disse, nos *extraño*. Quero ver a gente junto de novo.

A todos os meus professores de Antropologia, pela paciência, compromisso, pela confiança, por tudo, cada palavra e ensinamento, por estarem sempre disponíveis e dispostos a ensinar. Não é fácil encontrar professores assim, tive sorte em aprender com cada um de vocês, de distintas formas, vocês são minhas referências para a vida. Um abraço e um forte agradecimento a Sel, a Ângela e a Dani, as primeiras antropólogas que conheci. Minhas eternas referências.

Obrigada às minhas orientadoras de campo Cleusa, Eliana, Marta, e a todas as agentes ambientais que me ensinaram que a força de vontade é combustível para todas as outras forças, aprendi com vocês que podemos rever os

valores, que nunca é tarde para ser corajosa. Obrigada, meninas.

E, finalmente, agradeço ao Ernesto, que foi quem me propôs estudar esse tema, lá em 2012. Não imaginávamos a discussão tão fecunda. Obrigada pelo incentivo, pela ideia, força e paciência, fé e principalmente, por estar sempre disposto a contribuir.

Agradeço à banca, que aceitou com prontidão o convite, obrigada pelas contribuições. Espero que disfrutem.

“Se um dia, já homem feito e realizado, sentires que a terra cede a teus pés, que tuas obras desmoronaram que não há ninguém à tua volta para te estender a mão, esquece tua maturidade, passa pela tua mocidade, volta à tua infância e balbucia, entre lágrimas e esperanças, as últimas palavras que sempre te restarão na alma: minha mãe, meu pai” Rui Barbosa.

SILVA, Ana Flávia da. **DEUS RECICLA, O DIABO INCINERA - UMA ETNOGRAFIA DA COOPERATIVA DE AGENTES AMBIENTAIS DE FOZ DO IGUAÇU/PR**; Questões sobre Antropologia Urbana e gestão de resíduos. 64pg. Trabalho de Conclusão de Curso de Antropologia – Diversidade cultural na América Latina – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

RESUMO

Nessa pesquisa realizei uma análise sobre a política atual de gestão de resíduos em Foz do Iguaçu/PR, com base em etnografia realizada na COAAFI - Cooperativa de Agentes Ambientais. Estas informações foram levantadas entre os anos de 2013 a 2015, principalmente no barracão localizado no bairro Profilurb, sendo 2015 ano de maior intensidade em campo. Baseio o trabalho principalmente na observação e participação no cotidiano dos catadores de materiais recicláveis e das mudanças das condições de trabalho ocorridas durante o tempo etnografado, como ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas. Utilizei método misto de pesquisa, pois apresento dados quantitativos oficiais sobre a quantidade de lixo produzido na cidade, porém a pesquisa é majoritariamente qualitativa, pois está baseada em dados coletados em campo através de observação participante. O objetivo alcançado está principalmente em reconhecer a importância do trabalho dos catadores para a gestão de resíduos sólidos do município, bem como evidenciar as práticas resistentes dos cooperados no contexto de desincentivo público e privado na reciclagem de materiais.

Palavras-chave: Coleta Seletiva; Política Nacional de Resíduos Sólidos; Cooperativa de Agentes Ambientais de Foz do Iguaçu, Catadores.

SILVA, Ana Flávia da. **DIOS RECICLA, EL DIABLO INCINERA**– UNA ETNOGRAFIA DE LA COOPERATIVA DE AGENTES AMBIENTALES DE FOZ DO IGUAÇU: Cuestiones a cerca de Antropología urbana y gestión de residuos. 75pg. Trabajo de conclusión del curso de Antropología – Diversidad Cultural En Latino America. – Universidad Federal de la integración Latinoamericana. Foz do iguazu, 2016

RESUMEN

En esta investigación, realizo un análisis sobre la política actual que engloba la administración de residuos sólidos en Foz do Iguazu, con base en la etnografía realizada en la COAFFI – Cooperativa de Agentes Ambientales de Foz do Iguazu-. Estas informaciones fueron recolectadas entre los años de 2013 a 2015 principalmente en el galpón localizado en el barrio Profilurb, siendo el año de 2015 el de mayor trabajo de campo. Este trabajo está fundamentado principalmente en la observación y participación en el cotidiano de los recolectores de materiales reciclables y sobre los cambios en las condiciones de trabajo durante el tiempo etnografiado, consiguiendo un punto de partida que dará una reflexión sobre políticas públicas. Utilizo el método de investigación cuantitativo y cualitativo ya que presento datos cuantitativos oficiales sobre la cantidad de basura producido en la ciudad, sin embargo, la investigación es mayoritariamente cualitativa, pues es fundamentada en datos obtenidos en campo a través de observación participativa. El objetivo alcanzado esta principalmente en reconocer la importancia del trabajo de los recolectores para la gestión de residuos sólidos del municipio y además en evidenciar las practicas resistentes de los cooperativistas en el contexto de abandono público y privado en el reciclaje de materiales.

Palabras Clave: Recolección de reciclables, Política Nacional de Residuos Solidos, Cooperativa de agentes ambientales de Foz do Iguazu. Recolectores.

SILVA, Ana Flávia da. **GOD RECYCLE, THE DEVIL INCINERATES** - An ethnography of the cooperative of ambiental agents of Foz do Iguazu. Questions about urban anthropology and waste management. Monograph of the graduation course of anthropology - Cultural Diversity in Latin America - Federal University of Latin American Integration - UNILA Foz do Iguazu 2016.

ABSTRACT

In this research, i make a review about the current politics of the waste management of Foz do Iguazu, using ethnography made and COAAFI. This information's were rise between the 2013 and 2015 years, mostly on the Screening center on the Profilurb village, being 2015 the most intensity year on the field. The work is based mainly on the observation and participation in the daily life of the collectors of recyclable materials and changes in working conditions during the time of ethnography, as a starting point for a reflection on public policies. I used mixed method research, because present official quantitative data about the amount of waste produced in the city, but the research is mostly qualitative, since it is based on data collected in the field through participant observation. The goal achieved is mainly to recognize the importance of the work of the collectors to solid waste management, as well as highlight the tough practices of cooperative members in the context of discourage public and private recycling of materials.

Key words: Waste Collection. National Politic of Solid Waste. Cooperative of Ambiental Agents of Foz Do Iguazu. Scavengers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS:

Figura 1 – Cancelamento da licitação para incineração.....	12
---	----

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Carrinho após a catação.....	25
Fotografia 2: Mesa de separação de materiais.....	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Divisão da área do município de Foz do Iguaçu.....	52
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COAAFI	Cooperativa de Agentes Ambientais de Foz do Iguaçu
FPTI	Fundação Parque Tecnológico de Itaipu
ILAACH	Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História.
PMFI	Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
CNI	Cidade Nova Informa
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PEV	Ponto de Entrega Voluntária
EPIs	Equipamentos de Proteção Individual
ACIFI	Associação de Comercial e Empresarial de Foz do Iguaçu
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	14
1.1 OBJETIVOS.....	16
1.2 JUSTIFICATIVAS	16
1.3 MÉTODO.....	18
2.A COOPERATIVA DE AGENTES AMBIENTAIS DE FOZ DO IGUAÇU – COAAFI	20
2.1 A ESCOLHA E A CHEGADA AO CAMPO	22
2.2 A CATAÇÃO E COLETA	24
2.3 O CAMPO É O BARRACÃO OU A RUA?	26
2.4 OS ENFRENTAMENTOS INSTITUCIONAIS E ESGOTAMENTO FÍSICO	28
2.5 EXPERIÊNCIA DE VIDA: REALIDADE DE UMA CATADORA.....	35
3.ANTROPOLOGIA URBANA	40
4.A COLETA SELETIVA NA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	45
4.1 O ORIGEM DO LIXO COMO UM PROBLEMA.....	47
4.2- A OTIMIZAÇÃO DAS PERSPECTIVAS E O PROBLEMA DOS PRAZOS:.....	50
4.3 FOZ NESSE CENÁRIO	55
4.4 CRÍTICA	63
5 O LIMPO E O SUJO, QUESTÕES INCONCLUSAS E REFLEXÕES	67
5.1 AS RESPOSTAS.....	69
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
7.REFERÊNCIAS	75

1. INTRODUÇÃO

[C1] Comentário: ACREDITO QUE depois de cada título são dados dois parágrafos, confira no manual

Esse é um trabalho antropológico, etnográfico e foi realizado na cooperativa de agentes ambientais de Foz do Iguaçu – COAAFI. Trato inicialmente de questões sobre essa cidade paranaense, que faz fronteira com *Ciudad del Este – Paraguay* e *Puerto Iguazu – Argentina*, utilizando aspectos da etnografia urbana para entender a história e as contradições encontradas no contexto metropolitano.

Parafraseio os agentes da cooperativa no título do projeto - Deus recicla o Diabo incinera - sugerindo o combate entre Deus e o Diabo a respeito incineração do lixo. Porém, é importante esclarecer desde já, que esse trabalho não tem como objetivo trabalhar questões religiosas, cosmológicas ou de guerras entre humanos e não humanos.

A associação do Diabo com a incineração aconteceu na COAAFI durante a mobilização dos cooperados contra a abertura do processo licitatório que aconteceu em 2012, para a escolha de uma empresa de incineração do lixo da cidade.

Nessa oportunidade, com o apoio do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis a cooperativa conseguiu que o prefeito cancelasse a licitação. Foi aberto um blog exclusivamente para transmitir informações a respeito dessa conquista. Essa intervenção foi significativa para os cooperados, o que justifica utilizar esta metáfora, apenas como bandeira para outras reivindicações. Segue imagem contida no blog da COAAFI.

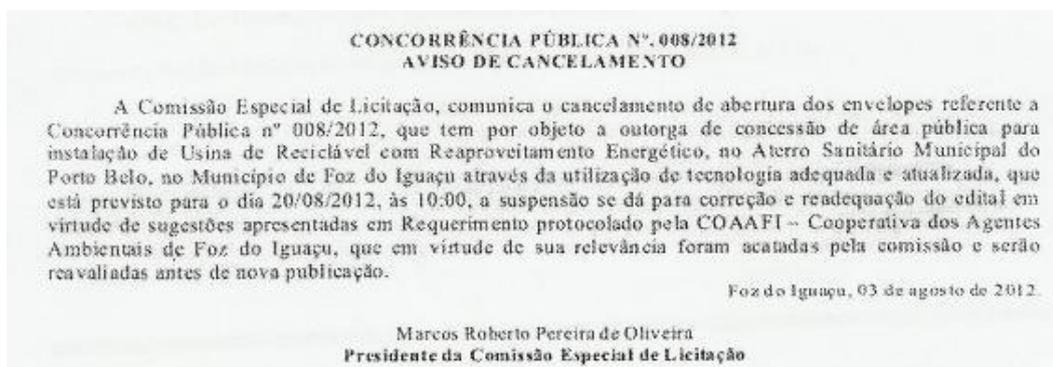


Figura 1: Aviso de cancelamento da licitação para incineração¹

[C2] Comentário: Sua nota de rodapé vai com hora de acesso? A que conheço é Acesso em: 22 jun. 2016.

¹Imagem retirada do blog disponível no endereço: <http://coaafi.blogspot.com.br/2012/08/catadores-unidos-em-acao-nao-incineracao.html>. Acessado em 22 de junho de 2016. Às 02h16.

Em diversos casos uma incineradora é a melhor opção para os resíduos urbanos, mas considerando o caráter local da etnografia e a militância da COAAFI naquele momento, a incineração seria uma má gestão do lixo, pois acarretaria na privatização do mesmo, dificultando o acesso dos agentes na coleta do material reciclável.

Reconheço a inviabilidade da discussão nesse trabalho, sobre a eficiência energética de uma incineradora em uma cidade de médio porte como Foz do Iguaçu, já que é uma tecnologia estudada e implantada através de outras disciplinas.

Portanto a crítica - demonização - da incineração não é objetivo desse trabalho. A frase é apenas para reconhecer e fazer alusão à luta travada e vencida pela organização dos agentes.

Com a pesquisa pretendo identificar e descrever as práticas legitimadoras dos atores da coleta seletiva frente a invisibilização do trabalho e contra a irresponsabilidade ecológica da prefeitura e de atores sociais que são decisivos para a coleta seletiva.

A problemática do lixo - reciclagem e não reciclagem - abrange várias áreas disciplinares e políticas, na cidade de Foz do Iguaçu/PR, alcança inclusive o turismo tri-fronteiriço.

Portanto, o melhor ponto de partida para analisar a proposta de sustentabilidade feita por diferentes instituições é o estudo etnográfico da cooperativa, que permite identificar e contrastar a postura dos agentes ambientais frente a bandeira de “salvemos o meio ambiente” que muitas vezes é levantada por quem está em ambientes privilegiados como as grandes empresas ou na política, ou seja, mantendo-se longe do lixo produzidos por si próprios.

Conhecer a cidade é necessário para descrever a cooperativa e algumas de suas peculiaridades de fronteira. Feito isso, apresento a COAAFI e uma breve etnografia que pretende apontar as principais dificuldades encontradas pelos trabalhadores atualmente. Utilizando alguns pontos de análise, como os questionamentos da Antropologia Urbana e o posicionamento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Para isso, pretendo realizar uma pesquisa expositiva sobre os diferentes enfrentamentos que são travados pelos catadores de lixo em seu dia-a-dia. Enfrentamentos que vão desde a falta de informação das massas à política de desincentivo à catação. É uma análise focada nos trabalhadores da cooperativa de

catadores de material reciclável, centrado na barracão do bairro Profilurb da cidade de Foz do Iguaçu, com a intenção de pontuar alguns problemas relacionados a prática da coleta seletiva.

Após isso, faço uma análise sobre o que a Lei Nacional de Resíduos Sólidos estabelece para a reciclagem, e contextualizo a realidade nacional com a municipal com a finalidade de fundamentar as reivindicações dos cooperados baseado no que está nessa Lei.

Proponho uma análise crítica sobre os discursos institucionais a cerca da sustentabilidade e sobre a ineficiência das práticas que fomentam uma política ecológica sem o real comprometimento dos gestores municipais.

Termino o trabalho com algumas considerações e inquietações surgidas na pesquisa, questões que passam pelo que é considerado limpo e sujo e sobre a limpeza como trabalho subalterno.

1.1 OBJETIVOS

O primeiro objetivo da pesquisa é fazer um relato etnográfico da cooperativa de agentes ambientais de Foz do Iguaçu, conhecer o trabalho e responder os seguintes questionamentos: Qual a concepção do agente ambiental sobre a moral ecológica que tem sido debatida nos espaços institucionais? Que concepção os agentes tem deles próprios e de seu trabalho quanto a questão ambiental? Qual o papel da COAAFI em Foz do Iguaçu?

Através da etnografia sobre a cooperativa de agentes ambientais, e a partir dos dados encontrados, pretendo identificar o sentido dado por esses trabalhadores ao seu trabalho e aos materiais recicláveis.

Também pretendo responder se o trabalho de catar lixo é resistência aos empregos tradicionais e formais, e saber como os cooperados enxergam seu trabalho sobre o ponto de vista de proteção ao meio ambiente e sobre a militância ambientalista.

São questionamentos pertinentes para entender qual a relação da coleta seletiva com a cidade bem como da cidade para com os agentes.

.1.2 JUSTIFICATIVAS

São vários motivos que justificam essa proposta. A urgência da temática da reciclagem, a interdisciplinaridade do tema (que engloba gestão de resíduos, direito de trabalhadores, eficiência energética, estudos ecológicos, política pública, dentre outros), a pertinência dos estudos etnográficos sobre grupos urbanos, a necessidade de políticas públicas referentes a gestão de resíduos baseados em estudos de campo, entre tantos outros.

Incentivar a comunicação bilateral entre Estado e agentes permite que estes deixem de ser “propaganda” e passem a impactar significativamente, através do trabalho de coleta, a cidade de Foz do Iguaçu.

O cooperativismo na catação de lixo é uma ferramenta emancipatória e de empoderamento, que deve ser vista pelo poder público como iniciativa cidadã. Como mecanismo de distribuição de benefícios para a economia local, pois evita o encurtamento da vida útil de aterros sanitários.

Alexandre Barbosa Fraga (2005), no artigo: O trabalho de quem vive no Lixo. Desigualdades sociais e dimensões simbólicas, frisa o “peso moral” que os catadores carregam por trabalhar e se sustentar através do resíduo já descartado. Nesse trabalho fica a imagem do catador como vítima social, o que difere da concepção do catador como agente público que pretendo abordar.

A utilidade pública dos catadores ou recicladores está contemplada no Plano Nacional de Resíduos Sólidos (2011), que previu a reciclagem em todas as cidades como meta para 2014, sendo de responsabilidade da administração municipal.

Atualmente pode-se identificar na COAAFI diferentes enfrentamentos diários: devido ao clima da cidade, ao não de pagamento da atividade como limpeza pública por parte da prefeitura, o precário estado dos barracões de separação, ao trabalho excessivamente pesado, pela completa ausência de conscientização dos moradores que não separam o reciclável, pelo preconceito e desconfiança ainda existentes com relação aqueles que trabalham com o “lixo”, e pela falta agentes que estejam dispostos a trabalhar nas ruas e nos barracões.

A realidade de um agente ambiental é de insegurança financeira e de contaminação pelo que é descartado, além do extremo esforço físico agravado pela idade avançada de alguns catadores que mantêm a atividade laboral apesar dos percalços, a

dura realidade desses trabalhadores contrasta com a política nacional e essa irregularidade na gestão justifica o trabalho etnográfico como denúncia.

A proposta de pesquisa se mostra possível principalmente por quatro motivos:

O contato já havia sido iniciado com os catadores da cooperativa através das instâncias outorgadas pela Iniciação Científica facilitando a continuidade para realizar o Trabalho de Conclusão de Curso.

O segundo motivo é o interesse da cooperativa em manter o vínculo de dupla contribuição. Essa iniciativa mútua é extremamente importante, é o que permite a antropologia sem culpa tratada pela Mariza Peirano (2008), que evita os “pecados” cometidos pela vanguarda de pesquisadores que fazem com que a disciplina reproduza as práticas colonialistas já cometidas pelas ciências humanas.

Baseado nessa reflexão evitei identificar temas não considerados pelos agentes da COAAFI, como a relação desigual de gênero. Por ser alvo de muitos questionamentos dentro da disciplina, pode haver críticas a esse trabalho pela ausência de discussão sobre o tema, porém, faço aqui, um trabalho antropológico sem culpa, pois a igualdade de gênero não é uma das reivindicações das catadoras.

Terceiro, a necessidade de estudos interdisciplinares que abordem a temática a partir da pesquisa etnográfica de alteridade próxima, - Peirano (2006), utilizando a teoria antropológica como ferramenta política - Porém é um ambiente que reconhece a problemática que cruza vários ambientes disciplinares e políticos. Sejam esses estudos ecológicos, de gestão de resíduos, de direito de trabalhadores, de eficiência energética, de energia renovável, entre outros.

E por último, o que também justificou a pertinência e a viabilidade foi a localização da cooperativa, que está dentro da cidade de Foz do Iguaçu, próxima da universidade, o que favorecia o meu deslocamento até o campo e isso permitiu maior tempo e dedicação para a pesquisa.

1.3 MÉTODO

A metodologia utilizada é a qualitativa, através da observação participante. Foi uma pesquisa de campo longa, que começou de forma muito tímida,

[C3] Comentário: Não entendi direito o que você quis dizer e o que o autor disse, acho bom dar uma relida e melhor essa redação

juntamente com os primeiros anos de graduação, em abril de 2012 até o final de 2014, sendo interrompida por um período e retomada no fim de 2015.

O começo do contato com a cooperativa se deu através de um projeto de extensão intitulado: UNILA e COAAFI – juntos na separação e coleta do material reciclável. Esse projeto nasceu de uma conversa a respeito da possível complementariedade da Antropologia e da Engenharia de Energia Renovável, e foi fundamentado pelo discurso de interdisciplinaridade tão promovido pela universidade e incentivada pelos órgãos de fomento a pesquisa, como a CAPES.

A extensão teve a duração de seis meses, e o objetivo era promover a separação do lixo na moradia estudantil da UNILA, e aproximar a universidade a cooperativa da cidade. Ambos os objetivos foram cumpridos, e o interesse pela a COAAFI se fortaleceu.

Entre 2013 e 2014 foi desenvolvido um projeto de iniciação científica, que propunha coletar óleo residual das residências para produzir biocombustível para alimentar o caminhão da cooperativa. Antes de concluir o projeto a cooperativa ganhou de uma empresa o combustível para percorrer a cidade, e por isso a planta de biodiesel não foi construída.

Durante esse tempo, fiz inúmeras visitas ao barracão, fazendo diversos trabalhos com os agentes, desde uma oficina de apresentação do trabalho da COAAFI na moradia, a separação de materiais na mesa do barracão e coleta no 'porta a porta' e a participação em um curso para catadores sobre segurança do trabalho.

Em todas as visitas, tentei estar completamente submersa no cotidiano das catadoras, vestindo uniforme e sujando as mãos no lixo, compartilhando café, água, guaraná, e no fim do trabalho do último dia útil do ano de 2014, comemorando com direito a cerveja.

Por ter o propósito principal de conhecer a concepção do catador a respeito do lixo e a respeito de sua atividade, além de experimentar a o cotidiano na cooperativa, essa pesquisa não se baseou em análises sobre a flutuação dos preços dos materiais, ou da quantidade de quilos coletado pelos agentes. Um dos motivos pelo qual não transformei os dados numéricos em ilustrações é a quantidade de pessoas que foi o público alvo da pesquisa.

Por mais que o trabalho reflita sobre a cooperativa como um todo, a etnografia foi focada em um centro de triagem específico, no bairro Profilurb, que atualmente só recebe 5 pessoas para o trabalho tanto da rua quanto do barracão. Esse

número é insignificante para projetar uma estatística, mas possibilita seguramente a pesquisa a respeito do cotidiano desses catadores.

Para fazer um levantamento sobre a qualidade de vida e das condições de trabalho dos catadores de materiais de toda a cidade, seria necessário um considerar também os catadores autônomos, bem como a quantidade de evasão do serviço, a taxa de desistência, escolaridade, renda, etc.

E nesse sentido ficaria impossibilitada a pesquisa a respeito do sentido e da experiência da catação devido à variedade de situações encontradas nesse âmbito. É justamente por reconhecer a amplitude e a complexidade de tal levantamento que essa pesquisa não tem a intenção de contemplar esses aspectos, se restringindo a experiência da catação e sobre o dia a dia desses agentes.

2. A COOPERATIVA DE AGENTES AMBIENTAIS DE FOZ DO IGUAÇU – COAAFI

A COAAFI é uma associação da sociedade civil, com administração privada, iniciada em fevereiro de 2002², com o escritório localizado na Rua Ouro Preto, número 12, no bairro Vila C, na cidade de Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil. É formada, atualmente, por 84 agentes ambientais divididos em 9 barracões espalhados pela cidade, sendo composto por 90% de mulheres.

A cooperativa não foi a primeira iniciativa da associação de catadores de materiais recicláveis na cidade. A pioneira foi a Associação de Agentes Ambientais de Foz do Iguaçu (ARAFOZ), uma organização que representava todos os catadores de materiais recicláveis no município. O começo da coleta seletiva na cidade foi chamado FozRecicla, em 2001, que trabalhou em nível municipal para a reestruturação do sistema de coleta de resíduos urbanos.

Na reforma do gerenciamento da prefeitura, a secretaria de meio ambiente deliberou que o novo plano de gestão de resíduos daria fim ao lixão chamado Arroio Dourado, que era utilizado desde 1977 como destino dos rejeitos da cidade, sendo também local onde residiam 40 famílias iguaçuenses (PGRS, 2012) e dava início ao aterro sanitário ativo atualmente.

O novo plano diretor deveria abarcar cinco pilares: a realidade local, a inclusão social, o cooperativismo, conscientização da população e os benefícios socioambientais (PMSB-FI, 2012). Reconhecendo a necessidade de implantação de um sistema de coleta que abarcasse grande parte da cidade, que evitasse que os catadores armazenassem o material em suas casas, a prefeitura, com o apoio da ITAIPU Binacional apoiou a criação da COCANC – Cooperativa dos Catadores Nova Califórnia, que em 2003 passou a ser chamada COAAFI. A prefeitura cedendo o aluguel, a água e a energia elétrica gasta com os barracões e a ITAIPU o uniforme e os carrinhos.

As nove máquinas de prensa e dois caminhões foram adquiridos através de financiamento do BNDES, uma para cada sede. Cada barracão tem um coordenador que é responsável por controlar os horários e a quantidade de material que cada agente coleta. Bem como fazer contato com atravessador para venda do material, e dividir a escala rua/barracão de cada agente.

² Há divergência de informações a respeito da criação da COAAFI. O plano diretor da prefeitura afirma ter sido criada em 2001, enquanto os cooperados informam que a organização foi formada em 2002.

O grupo de cada bairro administra a quantidade de material e a divisão de tarefas e de remuneração, conforme as horas trabalhadas. Não se faz rodízio nem trocas entre e os centros de triagem. O escritório central cuida da parte administrativa, fica ao lado do barracão localizado na Vila C, rua Ouro Preto, número 12.

A organização teve um forte papel de ativismo na cidade, sendo destacado o ano de 2008 e 2009 e 2012 os mais significativos. No ano 2008 foi organizado por eles um protesto contra as empresas que não entregavam o material reciclável para a cooperativa, essa movimentação acarretou em um processo trabalhista.

Na liminar o juiz determinou um termo de ajuste de conduta, obrigando os comerciantes de Foz a entregarem o material, mas esse termo foi suspenso na sentença por não caber a justiça do trabalho, durante o tempo em que estava sendo debatido judicialmente, a ACIFI ficou do lado dos comerciantes, Essa decisão causou mais protestos, dando visibilidade à cooperativa, porém, a lide foi infrutífera.

Em 2009 organizaram o credenciamento e a identificação de todos os catadores da COAAFI dando visibilidade e confiança ao catador. Em 2012,houve a maior representatividade com os protestos e o cancelamento da licitação para contratação de empresa incineradora.

A cooperativa era responsável por aproximadamente 30% da reciclagem dos materiais em Foz do Iguaçu- quase 200 toneladas. Conforme o plano municipal de saneamento básico da cidade, (PGRS, 2012) a quantidade de lixo alocada no aterro mensalmente é de 653,7 toneladas.

Atualmente esse número caiu para 150 toneladas por mês, considerando todos os barracões da cidade. Infelizmente não tive êxito em obter informação sobre o preço do quilo dos materiais, mas é possível mensurar que o preço ao ser dividido por 84 pessoas, não chega ao salário mínimo, ainda mais considerando que o trabalho de separação feito por eles permite a venda do material bruto, não processado, nem limpo, e a venda é feita para um atravessador, que vende o material para um reciclador em Curitiba, todas essas condições fazem com que o preço, que já é baixo, caia significativamente.

A situação da cooperativa de agentes ambientais é o que norteia as denúncias e as reivindicações que são realizadas nesse trabalho. Porém, antes de expor essa dura realidade, passo ao próximo capítulo, explicando como foi a escolha do campo.

2.1A ESCOLHA E A CHEGADA AO CAMPO

Antes de explicar o meu interesse em pesquisar a COAAFI quero escrever sobre a como foi escolha desse campo: Em uma conversa com colegas do curso, brincávamos que Ernesto por ser o único estudante de engenharia do grupo, era o nosso objeto de pesquisa, momento em que ele prontamente contestou que era o observador, e estava fazendo um trabalho sobre o comportamento dos antropólogos para desenvolver uma nova fonte de energia que desse conta dos nossos gastos energéticos.

Ernesto e eu namoramos, e naquele momento ele morava em uma república com dois dos meus colegas de curso. Nessas brincadeiras de amigos cada um defendia seu ambiente disciplinar, como se existisse uma rivalidade bem fundamentada entre as ciências.

Depois da conversa me surgiu uma inquietação muito particular. Fiquei pensando um bom tempo do porque havia esse imaginário de que os objetivos das ciências humanas são opostos ou contrários aos das ciências exatas.

Várias conversas foram trocadas nesse sentido, houve inclusive disputas – na maioria das vezes saudáveis - sobre a pertinência de cada área do conhecimento para a vida no planeta.

Depois de alguns dias daquele debate, a universidade lançou um edital para projetos de extensão com a duração de seis meses, com a finalidade de aproximar a universidade e a cidade.

Foi nessa oportunidade que Ernesto me propôs escrever um projeto de conscientização dos alunos que viviam na moradia a respeito da separação de materiais recicláveis. De pronto concordei, e fomos procurar informações com o Sr. José, motorista do caminhão que coletava o material reciclável do centro da cidade. Perguntamos a ele onde havia o local de triagem, ele nos informou que no bairro Profilurb poderíamos encontrar facilmente a cooperativa de catadores da cidade.

Pegamos um ônibus para o bairro, perguntamos ao motorista que nos deixou na parada da cooperativa. Chegando lá, rua Cascudo, 352, nos apresentamos à diretora do barracão, Cleusa, que foi minha orientadora no campo, na época vice-presidente da COAAFI.

Durante o primeiro minuto de conversa ela já afirmou que: *“aqui não tem pobrezinho, sempre falo pras meninas que é um trabalho igual os outros e tem que*

obedecer os horários, vir de uniforme, aqui é tudo certinho". Fui entender a pouco tempo o que ela estava dizendo, não era somente a negação da compaixão que universitários poderiam demonstrar, mas que, por já estar acostumada a ser procurada por alunos, ela já estabeleceu um limite para a relação pesquisadores e agentes.

A proposta apresentada a Cleusa era de um projeto de extensão entre a Universidade e os Agentes ambientais de Foz para organizar a coleta seletiva na moradia universitária. Essa experiência tornou-se uma iniciação científica que propunha o acompanhamento do cotidiano dos cooperados e a produção de biodiesel através de óleo usado. Portanto, fui iniciada na pesquisa científica através da contribuição da Engenharia de Energias Renováveis, que por sua vez, utilizava a Química em benefício dos cooperados e da pesquisa.

Quaisquer dúvidas sobre a complementariedade das disciplinas foram dissipadas pelo projeto de extensão e de Iniciação Científica. Por ser um dos pilares da universidade, muito já foi dito e escrito sobre a interdisciplinaridade, e costumo pensar que a interdisciplinaridade radical demanda ainda mais atenção e cuidado que as de áreas parentes.

Com a realização dos projetos provamos que é possível realizar um bom trabalho, em diálogo com diferentes perspectivas, desde que cada pesquisador se atenha a suas ferramentas de trabalho e sejam comprometidos com a realização da pesquisa, com o ambiente disciplinar e com o objeto de estudo.

O cuidado com a mistura e a confusão entre as disciplinas e a vulgarização do conceito interdisciplinar é uma das preocupações que tomei durante a ida ao campo. Por isso, quando foi concluído o projeto de iniciação científica dei início as visitas para a monografia. Essas últimas eu fazia sozinha, por maior que fosse o interesse de Ernesto ou por mais que as agentes me perguntassem sobre ele como se aquela fase do projeto ainda não tivesse sido terminada.

Como já ficou esclarecido, a minha chegada ao campo não foi em virtude da pesquisa para esse trabalho. Mas os questionamentos já haviam sido formulados por mim desde a primeira visita para o projeto de extensão. E tinham a intenção de identificar o sentido do lixo para os agentes e qual a concepção deles próprios a respeito do trabalho da catação.

Com a aproximação do campo, e a experiência de coletar os materiais na rua junto as cooperadas, percebi que esses questionamentos não cabiam para entender a cooperativa. E em nada tinham a ver com a organização e com o cotidiano delas.

Nessa oportunidade pude compreender a importância que há em atender a demanda dos grupos estudados e deixar que o campo molde a pesquisa antropológica, para que essa seja ferramenta de conquistas efetivas.

Logo, o meu interesse em continuar acompanhando a vida da COAAFI se fundamentou para a elaboração do trabalho de conclusão de curso, que me permitiu problematizar essas indagações e enxergar a dificuldade que a Cooperativa enfrenta em estabelecer um diálogo bilateral com a administração do município e foi baseado nessa dificuldade que pensei esse trabalho. .

2.2 A CATAÇÃO E COLETA

Durante o trabalho de campo, identifiquei alguns pontos que fazem toda a diferença sobre a qualidade e condição do trabalho do agente. A precarização dessa atividade é reafirmada cada vez que alguém que descarta um resíduo e não esvazia totalmente e/ou não o enxágua (por exemplo, uma embalagem), deixando restos de produtos como extrato de tomate, leite condensado, ou restos de azeite de sardinha enlatada, etc.

Essa precarização é reproduzida todos os dias em algumas casas. Afirmando que, infelizmente, a separação de resíduos sólidos é feita em apenas algumas casas, já que ainda não são todas as famílias que separam o lixo. Baseada nessa experiência laboral na qual participei na rua e no barracão, proponho dividir em duas formas diferentes o trabalho dos agentes no espaço público: 1) a catação e 2) a coleta.

Entendo a catação como trabalho em que o agente busca, procura nas lixeiras das ruas, os produtos descartados das casas, os materiais recicláveis que estão sujos, que contêm restos e, não muito raramente, estão colocados na mesma sacola dos lixos orgânicos. A título exemplificativo: Uma sacola de lixo de cozinha, colocado na lixeira em frente a casa, continha uma garrafa PET ocupando grande parte do espaço da sacola. Pegar essa PET é "catar" o material. Utilizo esse verbo por ele já ter um peso que implica a precaridade e a subalternização do trabalho do agente, e por fundamentar essa separação semântica que está baseada na prática do "fazer a rua". "Fazer a rua" é o termo êmico, ou seja, o termo nativo, utilizado pelas agentes, para catar em uma

determinada rua.

Não são todas as agentes que catam o lixo, ao "fazer a rua" com diferentes mulheres, pude perceber o comportamento de cada uma na rua. Uma catava, enquanto a outra coletava.

O trabalho na rua é um dos variados momentos em que o peso social de trabalhar com lixo recai sobre os agentes. O barracão é uma espécie de casulo, onde o descartado vira material, e ali já não existe qualquer resquício de vergonha ou nojo. A rua é o momento de confronto, de imposição de diferentes maneiras de lidar com os resíduos entre aqueles que apenas descartam e aqueles que catam ou coletam tais resíduos. Há um conflito não explícito entre a sociedade e o agente – que é quem mexe no lixo dos outros. A coleta do material não tem tanto peso quanto a catação, que é a atividade mais exposta e vulnerável dos agentes.

A coleta é diferente, a atividade se define por passar apenas em casas pré-determinadas, e não tocar em **recicláveis** que estão descartados nas lixeiras. Diferente do material catado, a coleta geralmente tem as embalagens secas e parcialmente limpas, em uma bolsa separada somente com recicláveis. A coleta é encontrar essas casas conhecidas, em relações estabelecidas anteriormente, bater palmas para avisar da chegada, é entregar a sacola vazia trocando pela sacola cheia de material.

Nos momentos que estive na rua com a agente que coleta, a mesma insistia para que eu não revirasse no lixo dos outros, porque tinha gente que reclamava. Já uma outra, agente mais velha, que praticava a catação, fazia a rua como se fosse uma busca por quaisquer materiais, uma procura por tudo que está na rua e pode ser reciclado ou utilizado, não importando que fosse lixo de mercado, de casa, de padaria, etc.

Claudemir é o coordenador do barracão do Profilurb, ele sabe quem cata e quem coleta. Em diferentes momentos, me falou que não se pode ter vergonha de pegar o material que vê. Ou seja, Claudemir aprova a catação, por mais que seja constrangedor para algumas agentes, ele comentou em diferentes oportunidades que "fulana" andava escondida, quase não pegava material, que não fazia todas as ruas e andava por onde havia menos movimento.

Essa insistência do coordenador do barracão é explicada pelo resultado diferente obtido entre a catação e a coleta. A primeira, volta com o carrinho carregado com mais material, e a segunda, apesar do material ser mais limpo, é em menos quantidade.

O recomendável seria a extinção da catação em toda cidade para que a

[C4] Comentário: Cuidado com essas bolinhas, elas indicam que vc copiou alguma palavra ou trecho da net e colou é um bug do word, rs.

coleta abrangesse todas as **casas**.

[C5] Comentário: Seria legal se vc colocasse além da foto da catação, uma da coleta também , para contrapor

A imagem a seguir mostra o carrinho após catação na rua. Nota-se que o carrinho tem desde papelão até cadeiras. O resultado da coleta é diferente, pois só tem sacolas.



Imagem 1: Carrinho após a catação. Registro da autora, dezembro de 2013.

2.3 O CAMPO É O BARRACÃO OU A RUA?

A rua é o campo, e o barracão também. A rua toma dois aspectos distintos, dependendo da subjetividade do agente ambiental que nela está inserido. No exemplo do subcapítulo anterior, uma agente trabalha como se fosse a dona da rua, a outra, caminha rápido como se a catação fosse um desconforto para os outros e para si. Isso reflete a variação do posicionamento e do comportamento do catador, frente a sua

própria **autoafirmação**.

[C6] Comentário: Cuidado com esse espaçamento, acho que é incompatibilidade do meu word e do seu, mas se tiver qualquer espaço além do 1,5 entrelinhas tá errado

Para quem não tem familiaridade com as falas ou as escritas de pesquisa de campo, pode parecer contraditório afirmar que o campo é a rua, ou a rua é o campo. Mas não estou me referindo ao campo que diz respeito ao espaço rural, ou a natureza, ainda menos um espaço de um jogo. O campo é a cidade, porque é o local dotado de sentido e de experiência onde será realizada a pesquisa antropológica.

Outra confusão que se faz referente ao espaço de estudo é a separação radical entre o campo e a cidade. Nessa pesquisa, trato sobre antropologia urbana, mas não por estar na cidade, senão por tratar de problemas surgidos da urbanização. Porém, se fosse o caso, poderia trabalhar facilmente, dentro da metrópole, e tratar o campo como espaço rural.

Bastaria ter realizado a pesquisa na vila C, para identificar concepções e comportamentos da vida rural nos moradores daquele bairro que é considerado parte da urbe. Nem mesmo é necessário sair do tema estudado. Conheci a casa de uma das agentes da cooperativa, com horta, galinha, passarinho, e outras características atribuídas à vida rural bastaria e pude estabelecer a relação não excludente do espaço rural no espaço urbano. Essa possibilidade já foi registrada por Strauss (1988) nas características de campo e cidade que por momentos podem ser confundidas e perdidas com a paisagem.

Enfim, deixo de problematizar a semântica e a interpretação ou localização geográfica da palavra campo, e passo a explicar como é fazer a rua ser – parte – do campo. A rua é o campo, o barracão também. Mas, na primeira, posso testemunhar a presença do catador no **bairro**.

[a7] Comentário: já copiado acima

[C8] Comentário: não esqueça de apagar o comentário para enviar

Roberto da Matta (1984) separa os ambientes casa, rua e trabalho. Para ele, a casa é como um espaço particular, pessoal; a rua, como um espaço de onde as coisas acontecem, um lugar dinâmico e do trabalho

Nesse caso, a rua e o trabalho se misturam, porque uma é parte do outro. Tomo o cuidado aqui de diferenciar, pois a rua e o trabalho se misturam, mas não se confundem. O trabalho é na rua, a rua é trabalho, mas um não define o outro. O trabalho vai além da rua, que é um caminho, não a ser percorrido, somente, mas uma etapa a ser

investida.

O trabalho também não termina ao sair da rua. Essa é uma parte, uma espécie de passagem do que será concluído dentro do barracão com a separação de cada espécie de material, como será detalhado no próximo tópico.

Ao transitar por esses espaços de trabalho, o posicionamento do catador é fundamental para fazer a representação e a divulgação de seu trabalho. Dentro do centro de triagem, ninguém da rua consegue conhecer a atividade do agente, porém, na rua essa atividade se torna pública e, da mesma forma, alguns sofrem com essa exposição.

Todos na rua parecem reconhecer quem é o catador, não o reconhecem como gratificação ou como discernimento de que aquele é um trabalho relevante e importante para manter a cidade limpa e mais saudável, mas simplesmente como distinção e diferenciação social. Enquanto se está na rua, o catador será aquele que trabalha e vive do lixo.

Esse é um problema que deve ser trabalhado tanto na desmistificação do consenso que o trabalho com reciclagem é – ou deve ser - um trabalho com a sujeira, como na desconstrução da rotulação do agente como um trabalhador sem alternativas em outros mercados de trabalho.

A rua e o barracão são campos que fazem emergir discussões distintas. Volto a repetir que a rua é um espaço que requer maior enfrentamento para o agente, enquanto o centro de triagem é um casulo que protege e transforma o material e o agente.

2.4 OS ENFRENTAMENTOS INSTITUCIONAIS E ESGOTAMENTO FÍSICO

Ao escrever a respeito dos enfrentamentos diários vividos pelos agentes, recordo que todo contato com o campo exige uma espécie de rito de passagem, a exemplo do que ensina José Guilherme Cantor Magnani³. Ou mesmo um tipo de convencimento que se dá pela militância.

³ Palestra Prof. Dr. José Guilherme Cantor Magnani- Antropologia Urbana. Minuto 19m37segundo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AYmC5JneCiw>. Acessado em 4 junho de 2016, às 12h35min

Minha experiência não poderia ser diferente. Antes de conhecer o trabalho dos catadores, me considerava uma pessoa consciente sobre a questão ambiental e sobre a atuação do "jogar o lixo no lixo", mas me limitava a isso, ainda com certo orgulho por 'pensar verde', na total ignorância do que se tratava a reciclagem e o enfrentamento da coleta seletiva.

A partir do contato com a atividade dos agentes, fiquei chocada de uma maneira positiva a respeito da necessidade de uma mudança estrutural na forma como a coleta seletiva é vista e entendida. Frequentar a cooperativa me permitiu entender como a separação de lixo marca os agentes. Quando tive a oportunidade de abrir os sacos de lixo esperando encontrar recicláveis, mas encontrei em algumas ocasiões, produtos orgânicos, incluindo a surpresa de deparar-me com animais mortos misturados com os materiais da reciclagem, senti que uma espécie de bolha que estourou em mim permitindo ampliar meu contato com a realidade e rompendo com certa ideia imaginada e romantizada que eu tinha a respeito da catação.

Pela COAAFI, passam os mais variados tipos de objetos, não só os recicláveis. Lembro de como fiquei assustada ao abrir um saco preto para continuar a separação na mesa e encontrei um pombo morto, aquela ave cinza, suja de sangue junto aos papéis ficou gravado na minha memória. Até então não tinha "caído minha ficha" de que era com o lixo que trabalhávamos.

Forço-me a recordar essas experiências. Em outra ocasião, quando catando nas ruas os materiais recicláveis, tivemos que pegar um saco cheio de papelão molhado com uma água podre que já havia juntado larvas, os resíduos orgânicos que estavam na mesma sacola cheiravam mal, além de oferecer uma visão completamente desagradável. Essa experiência foi marcante em quatro sentidos: o barulho das moscas, o cheiro de lixo, o grude molhado da sacola e a imagem da sujeira que ficou gravada na minha memória.

Gostaria de chamar atenção sobre a diferença existente entre abrir uma sacola com o material devidamente seco, limpo, reciclável, e abrir cheia de embalagens e restos⁴. Essa realidade havia passado despercebida por mim durante quase seis meses de observação. Não foi visível mesmo quando entrei no barracão, quando sentia o cheiro

[C9] Comentário: vc precisa arrumar os rodapés para mante-los na mesma página, um pouquinho em uma e o resto em outra tá errado

4 Encontrar a embalagem limpa ou suja é determinante para se reconhecer enquanto trabalhador do lixo ou trabalhador da reciclagem. O limpo e o sujo é o que constrói o imaginário de quem separa e de quem coleta. Nesse contexto, desloco o sentido de quem é o agente de limpeza e quem é o agente da sujeira. Só pode limpar quem é limpo, por conseguinte, o catador é quem limpa.

dos descartados, ou mesmo quando estive nas ruas coletando o material junto das catadoras. A indignação sobre a falta de consciência de quem descarta o lixo de qualquer modo se deu quando, ao abrir uma sacola misturada, reconsiderarei meu entendimento do sujo para o limpo, do lixo para o material.

Estabelecer essa diferença é o primeiro passo para delimitar o que deve ser feito a respeito da coleta de material. A promoção da educação ambiental aos moradores de Foz do Iguaçu é urgente porque o ciclo de vida do descartável passa pela unidade doméstica. Ou melhor, a casa é o ponto anterior a coleta, por isso a atenção ao material deve ser trabalhada também nessa unidade em forma de educação ambiental.

A reivindicação pela educação ambiental não é nova. Também não é um bônus pensado apenas por ambientalistas. É uma necessidade real, que está contemplada e regulamentada por leis, tanto na esfera federal, como na municipal.

Infelizmente, o panorama que se apresenta hoje é de decisões municipais arbitrárias, tomadas de forma unilateral e vertical. Desse modo, a cooperativa está nas mãos de administradores do poder público que não enxergam o papel da educação ambiental para a conscientização dos cidadãos, nem mesmo reconhecem o potencialidade econômica que a correta gestão de resíduos sólidos oferece ao município.

Sobre os enfrentamentos físicos, posso testemunhar que, na primeira vez, em que "fui para a mesa" (Ir pra mesa, ou estar na mesa significa a separação dos materiais coletados na rua). A separação é feita em sacos exclusivos para cada tipo de material, exemplo: um para os PET's outro para papel branco, etc. Em meia hora senti falta de ar e tontura. Leva um tempo para se acostumar com o cheiro e com a falta de ventilação, confesso que até mesmo o contato visual faz com que nada seja confortável. A mesa é posicionada de frente para a parede, e a entrada o barracão é na lateral.

Como é possível perceber, quanto mais no interior do barracão, mais escuro será, e não há iluminação ou ventilação lá dentro. Segue uma imagem de três catadoras trabalhando na mesa:

[C10] Comentário: a frase ficou inacabada, reestruturar

[C11] Comentário: evite usar etc. troque por dentre outros, entre outros.



Imagem 2: Registro da autora. (2013) Mesa de separação de materiais.

Na fotografia, cada sacola aberta atrás das mulheres contém um tipo de material. Por exemplo: 1) garrafas PE, garrafas de plástico transparentes utilizadas para refrigerantes; 2) PET 2 são as usadas para litros de refrigerante de plásticos coloridos. 3) PEAD 1 é para frasco colorido de detergente; 4) PEAD 2 frasco de detergente transparente e branco; 5) PEAD 3 frasco de detergente branco e transparente; 6) OND-2 Papelão marrom, etc. Esses são alguns dos diferentes materiais que as separadoras distinguem e separam.

[C12] Comentário: trocar

Alguns são muito similares entre si, muitas vezes que eu sentia dificuldade em diferenciá-los, principalmente entre os plásticos, minhas colegas respondiam para prestar atenção no ruído que a embalagem fazia. Infelizmente, até hoje tenho dificuldade em identificar a sacolinha da sacolinha branca. Essa habilidade que os agentes desenvolveram através da prática e de algumas oficinas instrutivas, permitem a eles separar cada fardo de material já pesado, cada um com aproximadamente uma tonelada, trazendo um acréscimo no valor da venda.

A COAFI faz esse excelente e organizado trabalho de prestação de

serviço ambiental que é colocado para escanteio e esquecido pela maioria dos poderes públicos e até mesmo pela população. Para dar visibilidade aos trabalhos dos agentes, observei que falta ação conjunta entre a prefeitura, a empresa binacional ITAIPU que financia diversos projetos na área ambiental e os moradores da cidade.

Infelizmente, o panorama atual é de declínio na catação de materiais. Quando se trata de reciclagem no contexto iguaçuense, há um grande número de informações otimizadas, positivadas e maquiadas sobre a cooperativa e sobre o aterro sanitário, dando a ilusão de que esses trabalhadores são completamente assistidos pela Hidrelétrica Binacional ITAIPU.

Um exemplo desse tipo de prática que chamo de "maquiagem" se deu em 2008 quando foi realizada a doação de carrinhos elétricos para a utilização dos cooperados. Claro que essa pode ser considerada como uma boa iniciativa, porém, não houve acompanhamento das práticas após a doação. A única assistência técnica para esses carros é oferecida e possível em Curitiba, capital do estado do Paraná, localizada a 600km da cidade de Foz do Iguaçu. No primeiro problema apresentado pelo carrinho, o mesmo já ficou impossibilitado de uso. Atualmente, as agentes utilizam novamente o carrinho tradicional, movido a tração humana.

Essa falsa noção de "apadrinhamento" da cooperativa pela ITAIPU, deslegitima as demandas dos cooperados. Aqui parto da ideia que a COAAFI é uma organização autônoma e independente, mas de utilidade pública.

O dicionário de políticas públicas cita Maria. R. F. Campos, que propõe a autogestão de cooperativas com a valoração de práticas e de políticas, reafirmando a independência administrativa dessas. Essa autonomia é instrumento de empoderamento para a COAAFI, porém, é necessário o trabalho em conjunto e de suporte das grandes instituições da cidade, pois a maior dificuldade encontrada pelos trabalhadores é a falta de incentivo e as péssimas condições de trabalho e emprego.

Apesar da a pesquisa interdisciplinar ter sido realizada por mim da melhor forma possível, percebi que a principal demanda dos cooperativados era a impossibilidade de que houvesse algum avanço acadêmico a ser aportado nas questões políticas e ambientais e que chegassem, de fato, a proporcionar algo de bom para o grupo pesquisado.

Portanto, aprendi com os cooperativados que não é suficiente apenas pensar e refletir sobre a necessidade de ter especialistas em gestão de resíduos, planejamento ambiental, políticas públicas, em qualquer área que leve em conta a crítica

ecológica, sem aplicar o benefício aos agentes ambientais, pois eles seguem com os mesmos problemas de décadas atrás.

Outra preocupação que envolve o enfrentamento institucional e causa preocupação na cooperativa é o processo de incineração. A troca da gestão de resíduos feita por uma cooperativa de catadores por outra forma que implique a iniciativa privada na incineração é um risco constante para os agentes.

A prefeitura já demonstrou interesse em promover tal mudança, portanto alguns administradores públicos a consideram como um possível “bom investimento”. Os catadores pensam que, de uma forma ou outra, a incineração seria menos uma dor de cabeça para a ITAIPU. Isso traz insegurança para o coletor, que está sempre a mercê das (in)decisões da prefeitura quanto à privatização do serviço.

Para as cooperativas de coleta seletiva, começar um recrutamento e treinamento de novos colaboradores é uma iniciativa complicada, apesar do desemprego em Foz do Iguaçu ter aumentado. As pessoas jovens não possuem muito interesse em trabalhar na cooperativa.

O panorama atual é desolador, pois a demanda e o preço do quilo de material estão muito baixos. A COAAFI já passou por isso em 2009, quando houve uma queda no consumo, causado por uma breve crise econômica que enfraqueceu a coleta seletiva.

Por ser uma cidade de fronteira com Ciudad del Este, Paraguay, a variação do dólar afeta diretamente na econômica do mercado local. A queda do número de cooperados é cada vez maior enquanto o desincentivo público e a desvalorização do trabalho do catador são crescentes.

Devido a essa peculiaridade geográfica de Foz do Iguaçu, é urgente a elaboração de políticas públicas para resolver o problema. O diálogo com os agentes é importante para evitar medidas que não tenham eficácia. Eles pensam que a contratação dos agentes como funcionários da limpeza pública seria a melhor forma de resolver o problema. Políticas públicas que são aplicadas sem o devido levantamento de dados e demandas não são efetivas e se tornam um gasto público sem retorno para os principais atores envolvidos.

Partir do avanço, relativamente recente⁵, que significou reconhecer a urgência de fazer uso responsável de serviços ecossistêmicos e da prática mais

⁵ Considerando o início do debate sobre a finalidade dos recursos ambientais na década de 70, com a reunião de Estocolmo.

sustentável da gestão de resíduos, faz chegar a um dilema frequente entre práxis e posicionamentos institucionais. Considero que há uma contradição existente nos discursos institucionais, seja através de leis que nunca entram em vigor, seja pelo plano municipal maquiado e desatualizado.

Os enfrentamentos vivenciados pelas agentes vão desde os mais corriqueiros, os que dizem respeito a toda e qualquer relação humana de convivência e de emprego, - as fofocas e inimizades- até os mais hostis - como encontrar seringas e materiais com sangue junto dos recicláveis - {muitos dos quais identifico como fruto da precariedade da atividade}, o trato com o lixo.

[a13] Comentário: faltou explicar...

A carga horária é de aproximadamente 42 horas semanais. O trabalho no barracão começa, pontualmente, as 8h da manhã, e vai até as 17h. A divisão de quem vai para a rua e quem vai para a mesa já é conhecida por todas, sendo normalmente uma ou duas duplas de mulheres com o carrinho que "fazem a rua" pela manhã e pela tarde.

O trabalho na mesa requer paciência, agilidade, conhecimento sobre as diferenças dos materiais, como explicado acima. Pelo que desconfio, é exigida, por parte da coordenação, a amizade entre as mulheres que estão no barracão. Pela disposição de cada uma e pelas conversações que empreendem durante a separação, há uma amizade e inimizade.

Isso foi importante perceber, pois essas trabalhadoras não formam a cooperativa por amizade, ou por resistência ao emprego formal, para elas, é um empreendimento, uma empresa; e, como em qualquer ambiente de trabalho é possível identificar rixas, desgostos, competições e isolamentos.

Por exemplo, as mulheres que não usam luva implicam com as que as usam, outra não gosta de ir para a rua e fica só na mesa o que causa antipatia das demais, quando algum atrito acaba sendo causado, leva-se o assunto à coordenação do barracão, e em última instância à presidente.

É nesse sentido que identifico o trabalho como uma resistência das trabalhadoras, apesar da precariedade, apesar do desincentivo e do desprestígio de mexer com os resíduos, elas tentam fazer com que o trabalho seja reconhecido e ao mesmo tempo enfrentam a situação de desgaste físico, psicológico, institucional, pessoal, econômico, social, etc que trabalhar com resíduos sólidos traz para cada agente.

2.5 EXPERIÊNCIAS DE VIDA: REALIDADE DE UMA CATADORA.

Nesse subcapítulo, apresento trechos da história de vida de uma pessoa que conheci na COAAFI. Ela já não é uma cooperada, e seu nome está trocado para manter sua identidade anônima. Aqui ela será chamada de Marta. O fato de não estar trabalhando mais na cooperativa torna também sua história muito comum, pois muitos agentes desistiram de trabalhar na associação, por inúmeros motivos que exponho a seguir.

Nos últimos três anos chegaram a passar 18 trabalhadores pelo centro de triagem que frequentei. No decorrer da pesquisa de campo, pude acompanhar algumas desistências e demissões decorrentes da falta de material nas ruas ou por falta de adaptação dos novos agentes no trabalho.

Tal período possibilitou-me testemunhar mudanças na realidade da cooperativa, como exponho no decorrer do trabalho. A maioria dessas mudanças interferiram negativamente na atividade dos cooperados, tais como a alta taxa de desistência e demissões já citada anteriormente, o aumento do preço do dólar e da inflação, o pior imprevisto foi provocado por uma forte chuva de granizo⁶ que destruiu o telhado do barracão e causou estragos nos materiais alocados e prejuízo para os 8 agentes que trabalhavam lá naquele momento.

No ano de 2012, eram doze pessoas trabalhando no barracão do bairro Profilurb, atualmente são apenas cinco cooperados. Tal informação já indica a necessidade de elaborar políticas de incentivo à coleta, é um dos questionamentos que faço nos capítulos seguintes.

Nem todas as mulheres retratadas nessa pesquisa seguem trabalhando na coleta seletiva da cooperativa. Da mesma forma, nem todas que ainda estão na COAAFI estão presentes nesse trabalho. Atualmente quatro mulheres trabalham no barracão. Se me limito somente a narrar a história da Marta, é porque considero inviável contar a história de cada uma, ainda que todas sejam exemplos de superação e força de vontade.

A partir da história de Marta faço uma reflexão sobre a vida e a experiência das catadoras. Essa agente foi uma das que me escolheram para ensinar a

6 Disponível em: <http://www.radioculturafaz.com.br/chuva-de-granizo-volta-a-cair-sobre-o-porto-meira/#.V3l33FQrJBx>. Acessado em 26 de junho de 2016.

separação, aquela que me iniciou na rua e no barracão, explicando e falando de maneira aberta sobre algumas questões.

A aproximação com essa agente aconteceu de forma rápida e sem rodeios. Foi dela o primeiro convite para "fazer a rua". Após alguns dias de trabalho, ela me contou um pedaço da história de sua vida e me levou a sua casa para almoçar.

Aceitei o convite, ao chegar em sua casa, encontrei um lar muito simples, como uma casa escondida atrás de entulhos e de um muro e um portão antigo. Com meia água, a porta de entrada dava acesso à sala, a parede do lado esquerdo dividia a entrada com um quarto, onde sua filha estava dormindo. Havia uma cozinha grande, e passando por essa, estava o banheiro.

No pátio atrás da casa de Marta, havia uma horta, cheia de verduras e hortaliças e um jardim bem cheio, no final do terreno um riacho sujo e um terreno baldio. Havia galinhas soltas e um cachorro pequeno. Ao chegar na casa, tratou dos animais com carinho, brincou, conversou por um tempo considerável, deu comida e água gelada. Eram suas companhias, seus amigos. Começou a esquentar o feijão e disse que já haviam duas marmitas encomendadas. Convenceu-me a tomar um banho antes do almoço, pois o calor estava muito forte e havíamos saído nas ruas para a catação. Depois de trabalhar com materiais sujos, debaixo de muito sol, o banho devolveu o conforto de uma forma inesperada.

Antes de comer perguntei se sua filha iria almoçar conosco, respondeu-me que a filha tomava remédio para dormir e almoçaria mais tarde. Assistimos um pouco do noticiário local e voltamos para o barracão e depois para a rua. Nesse dia, ao voltar para a coleta na rua, contou-me que fora presa por matar um homem durante uma briga em um bar, conversamos sobre a rotina no cárcere, sobre as armas e sobre a vida em geral. Falou que ao voltar à liberdade, não encontrou emprego. A falta de inserção no mercado de trabalho, sua difícil situação econômica com falta de experiência e formação deixou-a submetida a uma vida de vulnerabilidade. Naquela época moravam na mesma casa Marta, a filha e seus netos.

Em janeiro de 2014, um dos filhos de Marta foi morto, e por mais que ela me contasse abertamente sobre sua vida enquanto esteve presa, falar sobre seus filhos – inclusive da filha que vivia com ela - era visivelmente um assunto doloroso, sempre dava muitas voltas antes de decidir se iria contar-me algo mais ou não.

Como já expliquei, Marta já não faz parte da COAAFI, ela continua trabalhando como catadora de forma independente. Contudo, o material que coleta é

vendido para a cooperativa. Isso acontece porque já não rende para ela cumprir horário no barracão e receber um baixo salário. Portanto acaba sendo mais vantajoso estar desvinculada.

Após a saída de Marta, soube por sua colega que os netos – aqueles que ela afirmou sentir falta, mesmo sem especificar-me o que ocorrera - haviam sido levados pelo conselho tutelar há alguns anos e já haviam sido adotados por outra família. Sua colega contou-me que, após a intervenção do conselho tutelar, a filha de Marta "ficou louca" por perder os filhos e não saia mais da cama.

Claramente por questões éticas, considerei muito sobre a decisão de colocar ou não tal informação nesse trabalho. Finalmente, achei positivo trazer um exemplo de história de vida de uma mulher agente, das experiências e vivências de uma das trabalhadoras da COAAFI. Pareceu-me importante exemplificar as superações, as dificuldades e a realidade que os trabalhadores enfrentam em seu cotidiano.

O fato de ter escolhido essa história em particular não é para usar de sensacionalismo ou por ser um relato "triste e injustiçado". Ao contrário, através da observação, pude perceber que grande parte dessas mulheres têm a vida igualmente afetada pelas injustiças e dificuldades que uma política pública (ou a falta dela) levada a cabo de forma irresponsável causa.

O motivo que me levou a escrever esse relato da história da Marta é o fato dela ter sido a primeira a me acolher como pesquisadora e abrir a porta de sua casa e falar ainda que parcialmente, sobre sua vida. Por ter me convidado e ensinado o trabalho na cooperativa e por sua privacidade estar assegurada, já que ela não está mais vinculada à COAAFI.

A história de vida e de experiência dessa mulher mostra qual é a consequência da desvalorização e o desincentivo à coleta seletiva, na vida dos agentes ambientais. Se esse fosse um trabalho devidamente valorizado e incentivado, visto que já é um trabalho, um serviço ambiental, reconhecido por lei, histórias assim talvez seriam diferentes. Se o trabalho com a reciclagem oportunizasse uma melhor remuneração e reconhecimento, provavelmente a perda dos netos seria evitada, já que o trabalho de quem vive do "lixo" sofre de um certo desprestígio da sociedade.

Ressalto aqui a importância da antropologia em fazer essa ligação, em identificar essas falhas, onde a política não chega ou pretende não chegar, na vida desses agentes. A antropologia urbana, a pesquisa de campo, é a ferramenta pela qual se faz essas mediações com mais facilidade, porque identifica a real necessidade do

grupo que nesse caso é marginalizado, e também identifica por onde o estado pode chegar e qual caminho que deve percorrer para reconhecer tais trabalhadores.

Existem várias agentes ambientais que passaram pela cooperativa e por diferentes motivos não estão nesse grupo hoje. Ainda que não importe o motivo do desvínculo, o déficit de agentes leva à necessidade de contratar trabalhadores para a substituição daqueles desistentes. E isso tem sido muito difícil.

Existe a tendência de as mulheres serem sempre a maioria em qualquer um dos barracões de reciclagem da cidade. O fato dos empregos e do mercado de trabalho não depender somente de vagas e qualificações, mas de um sistema articulado e fundamentado em raízes baseado na desigualdade de gênero causa essa realidade, **BRUSCHINI e Lombardi (2000)**⁷.

[C14] Comentário: arrumar essa citação

Infelizmente, nas condições atuais, o emprego se torna menos interessante para as mulheres. Essa contratação é dificultada em tempos de crise, porque a falta de material não torna atrativa a renda gerada pelo trabalho que, mesmo com a diminuição do material, não deixa de exigir grande esforço físico.

Em algumas ocasiões durante a pesquisa de campo, tive a oportunidade de refletir sobre a presença e a ausência do estado em diferentes aspectos e diferentes momentos do dia a dia dos catadores. A primeira foi quando soube da intervenção do conselho tutelar na guarda dos netos da Marta. A segunda foi quando a ITAIPU convidou os agentes a fazer um curso sobre segurança no trabalho e, nesse curso, havia a insistência na utilização de EPIs – Equipamentos de Proteção Individual, no caso da cooperativa, luvas, botas, calças de tecido resistente, dentre outros. Essa ênfase na apresentação de cada um desses equipamentos era sempre reiterada com a ameaça de que, caso o Ministério Público fizesse uma visita surpresa à cooperativa, esse poderia solicitar o fechamento dos barracões.

Portanto, a preocupação com a segurança, sobretudo, era informada como uma forma de ameaça da perda de emprego, de subsistência. Esse era um braço do Estado, na forma do Ministério Público, ou da ITAIPU BINACIONAL, a fazer um alerta sobre a segurança no trabalho, ou sobre a insegurança no/do trabalho.

Obviamente não estou questionando a importância de promover a conscientização e a formação de trabalhadores atentos à questões de saúde laboral. O

⁷ Cristina Bruschini e María Rosa Lombardi BRASIL: LA CALIDAD DEL EMPLEO DE LAS MUJERES. CONTINUIDADES Y CAMBIOS. MÁS Y MEYORES EMPLEOS PARA LAS MUJERES? La experiencia de los países del Mercosul y Chile. Oficina Internacional del Trabajo. (2000).

caso é que, contrastado com a realidade do catador de lixo, aquele curso aparecia para mim como uma definição da hipocrisia do que é o politicamente correto.

Por outro lado, refletia que o barracão, localizado no bairro Cidade Nova, pegara fogo em certa ocasião porque as fiações elétricas estavam danificadas. É importante ressaltar aqui que a estrutura dos barracões são responsabilidade da prefeitura, conforme o convênio firmado na criação da cooperativa. Nesse segundo caso, não havia nenhuma presença estatal ou apuração de responsabilidade no incêndio por parte do poder público municipal.

Outro aspecto que acarreta em dificuldades para essas trabalhadoras é a manobra de invisibilidade e desincentivo da gestão municipal. Falta interesse dos gestores de reconhecer, obedecer e cumprir o que determina a Lei Nacional De Resíduos Sólidos e as demandas feitas por esses trabalhadores.

Concluo esse capítulo, refletindo que histórias parecidas com a de Marta seriam, se não evitadas, no mínimo amenizadas se houvesse o acompanhamento correto das instituições públicas, não para auto afirmar a autoridade e o poder do Estado sobre as populações vulneráveis, mas para assisti-las e acompanhá-las de forma correta, a prestar atenção a esses agentes e a seus direitos como cidadãos.

3 ANTROPOLOGIA URBANA

Antropologia urbana apresenta-se como uma ferramenta para estudar a cidade, identificando os encontros e os desencontros, as contradições e as informações que surgem na cidade com uma velocidade e um ritmo maiores que a compreensão cotidiana pode talvez acompanhar.

Para realizar uma pesquisa em antropologia urbana, é necessário um estudo centralizado e focado, que defina e escolha um dos inúmeros movimentos da metrópole para servir de guia e de perspectiva, e assim buscar olhar e entender a cidade.

Essa pesquisa está inserida nesse contexto de desencontros da metrópole. O objeto de pesquisa é essa cooperativa que se apresenta como uma reestruturação, uma forma de organização para o trabalho formal que permite aos agentes ambientais a manutenção de sua sobrevivência e de sua autonomia em uma cidade explorada pelo turismo, pelo comércio, pela fronteira, entre outras atividades econômicas.

Apresento aqui duas principais abordagens que utilizei com aprendizado de antropologia para pesquisar a COAAFI. A primeira, apresentada por José Guilherme Cantor Magnani⁸, foi a de reconhecer a cidade como um palco de contradições, um espaço onde vários atores se encontram para estabelecer trocas de diferentes âmbitos. Nesse espaço de metrópole não é possível – e não é o objetivo- proporcionar uma visão orgânica das relações, pelo contrário, trabalha-se apenas com um fragmento dessas dinâmicas, visto que é impossível descrever todas as categorias de contatos que se dão no espaço metropolitano.

Nesse sentido, a cooperativa é um bom exemplo dessas organizações que se formam na cidade, que não revelam sua totalidade, mas são formas de adentrar na pesquisa do que é o urbano. Ou seja, a cooperativa de agentes ambientais de Foz do Iguaçu pode não ser um meio para ilustrar a cidade, mas é, com tudo o que lhe compete para tal, um objeto de pesquisa que mostra uma das possíveis relações que permeiam o cotidiano de Foz do Iguaçu.

Em outro momento, o mesmo autor utiliza o termo “tentação da aldeia” (MAGNANI, TORRES, 2000) para advertir o antropólogo urbano acerca do perigo de tentar estabelecer um código fechado das relações da cidade. Por esse motivo, esse

⁸ Fala do professor Magnani no minuto 19m38segundos, no vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=AYmC5JneCiw>. Acessado em 15 de junho de 2016.

trabalho não é uma etnografia de Foz do Iguaçu, nem um estudo sobre a cidade. Essa monografia se constitui em uma pesquisa sobre a COAAFI, e nela considero apenas os temas que giram em torno dessa cooperativa.

Quem corre o risco sobre o qual comentei acima, geralmente, é o antropólogo que pretende estranhar o familiar, ou conforme o entendimento de Marisa Peirano (2006), fazer a antropologia em casa, pesquisando a alteridade próxima. A autora afirma que esse tipo de pesquisa começou a ser realizada no Brasil a partir dos estudos sobre classes médias, gênero, drogas, etc, e deu início ao que atualmente é chamada de pesquisa em antropologia urbana.

Essa alteridade próxima é a que está trabalhada nessa etnografia. Isso não implica em um trabalho de interpretação, de pesquisa de campo e de contato com o objeto que exija menos esforço do que trabalhar com alteridades mais exóticas. Exige do pesquisador uma disciplina igualmente rigorosa, para entender o que é ou não familiar.

Por se tratar de uma etnografia feita sobre contextos urbanos levo em consideração como o crescimento de Foz do Iguaçu foi decisivo na construção dessas realidades refletidas através da pesquisa e da experiência que são presenciadas diariamente.

A história de Foz do Iguaçu apresenta alguns fatos históricos que considero fundamentais para entender o desenvolvimento da cidade, tais como a construção da Ponte da Amizade, da Usina Hidrelétrica Binacional de ITAIPU e recentemente a implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) para essa cidade de tríplice fronteira.

Essas realizações podem ser consideradas como grandes divisores e marcadores de épocas. O mais significativo foi a construção da ITAIPU, pois suas consequências vão desde o impacto econômico e socioeconômico da região ao energético, em nível de país, além da alteração do microclima da cidade.

Tudo isso deve ser lembrado, e o faço de modo particular já que nasci e cresci na cidade onde meu campo de pesquisa está inserido. Muitas coisas a respeito da coleta seletiva, ou muitas falas que ouvi dos agentes remetem a experiências que foram compartilhadas por mim de alguma forma ao longo de minha vida na cidade.

Quando tinha nove anos de idade, a coleta seletiva começou a ser implantada pelo programa Foz Recicla, e recordo a cobrança do meu pai para fazermos a separação do lixo, recordo também das sacolas verdes que eram distribuídas para incentivar a separação.

Atualmente, com a dificuldade das agentes de abarcar toda a vila onde moro, a coleta não chega até a rua da minha casa, por isso, mesmo meu pai, que naquela época era o responsável pela separação da matéria residual em minha casa, já não separa mais e nem acredita no trabalho da reciclagem.

Narrando essa história, exemplifico como a falta de acompanhamento, de gestão e de educação ambiental, juntamente com a falta de fortalecimento e incentivo à cooperativa causou o descrédito dos moradores de Foz na catação, como meu pai. Exemplifico também como a proximidade cultural da pesquisadora com o campo de pesquisa é uma vantagem de estudar a alteridade 'em casa', já que pode ser explorada e mais facilmente exposta pelo nativo, que pode ser narrador em primeira pessoa.

Ao mesmo tempo, propor a pesquisa em um local onde já existe um conceito formado no pesquisador pode provocar grandes equívocos, caso o mesmo não tenha o cuidado de identificar e desconstruir as suas ideias pré-formadas.

Antes de adentrar no campo de pesquisa e formar um vínculo mais próximo com os catadores, o objetivo desse trabalho era buscar o(s) sentido(s) do lixo, era entender o trabalho do agente como uma forma de resistência, ou identificar uma militância ecológica e ambientalista nos trabalhadores.

Pretendia identificar e detalhar quaisquer desses temas, mas não foram esses que surgiram no campo. Esses três objetivos se mostraram completamente destoantes da realidade e não serviam para entender sobre o trabalho do catador de reciclagem. Para reconhecer que os objetivos estavam distorcidos, foi necessária a aproximação minha com o que já era "próximo".

Portanto, reitero que a alteridade próxima exige tanta atenção e concentração do pesquisador como qualquer outra que esteja a outra distância – seja essa geográfica ou de comportamento. A direção balizada pela pesquisa foi justamente entender a cidade como o espaço a ser conquistado, administrado e vivido por diferentes atores que tem intenções opostas entre si e por vezes complementares.

A pesquisa de campo me permitiu realizar três mudanças pessoais: a primeira, e mais óbvia, a conscientização da importância da separação correta – lavando e secando as embalagens; a segunda, a constatação do descompromisso da gestão municipal a respeito do gerenciamento dos resíduos, apesar do posicionamento do governo federal, estadual e municipal e das leis a respeito; e, por último e muito mais íntimo, o campo me exigiu uma superação tanto física como psicológica, a minha fobia de ratos foi trabalhada significativamente, todos os dias em que estive no barracão, ao lidar

diretamente com os resíduos.

Portanto, entender a cidade como o espaço onde sujeitos diferentes se organizam de formas variadas é uma das possibilidades para explicar, através da antropologia e da descrição etnográfica a partir da observação participante, como se dá a relação da cooperativa e dos cooperativados com a cidade.

Compreendida essa abordagem, passo a explicar a próxima, baseada no que Néstor Canclini explica sobre a modernidade e no que Bruno Latour escreve sobre a (não) modernidade. Latour (1994) escreve sobre o mundo contemporâneo, sobre associações que permeiam vários interesses, e cada vez mais fazem nossas vidas serem conectadas ou relacionadas com vidas e assuntos de localidades distantes, mas que possuem em comum uma série de desdobramentos.

Para Latour, o "moderno" não se define pelo que é, mas sim pelo que ele deixa de ser. A modernidade é uma espécie de blefe, um projeto que deu errado, e no qual ninguém acredita mais. É uma característica do mundo atual, das cidades conectadas e é uma das capacidades do etnólogo buscar identificar como se entrelaçam as vertentes da ciência, da natureza, da tecnologia, do governo e das ciências sociais.

É na metrópole, ou melhor, nos espaços urbanos que pressupõe-se a existência da modernidade. Por isso, a indicação de que "jamais fomos modernos" (como seu título de livro indica) é bem colocada. Uma forma de organização que não dá conta de administrar os híbridos (o que é ao mesmo tempo natureza e cultura) não pode ser considerada avançada, ou bem estruturada.

Outro autor que utilizo para entender as consequências da metropolização de Foz do Iguaçu é o geógrafo Milton Santos. Segundo ele, industrialização, a urbanização e a globalização remontam uma face perversa do capitalismo (2000) Tudo isso reflete um processo de colonização, onde um grupo humano que está sendo explorado e subalternizado terá que exercer o trabalho mais pesado, receber menos e correr riscos a sua saúde e enfrentar as diversas ameaças do grupo privilegiado.

A antropologia urbana é uma das lentes que utilizei para enxergar o trabalho dos cooperados e a gestão de resíduos da cidade de Foz. Reconheço aqui a total incompetência disciplinar para apontar qual é a melhor forma de disposição do lixo (incineração, compostagem, produção de energia, etc). A contribuição desse trabalho é defender a cooperativa como uma das formas de gestão de resíduos, e principalmente, entender o trabalho dos cooperados como prestação de serviço ambiental, de utilidade e

de limpeza pública.

A antropologia oferece diferentes formas para estudar os resíduos. As possibilidades vão desde a arte até a economia. Aqui, estudo o lixo como forma de desenvolvimento, de melhoria de gestão, porque é assim que a cooperativa e os cooperativados propõem.

4 A COLETA SELETIVA NA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PNRS

Antes de esclarecer o que é a PNRS, escrevo sobre o motivo pelo qual é importante desenvolver esse tema para a pesquisa na COAAFI, evitando ou respondendo qualquer dúvida a respeito da complementariedade das abordagens: etnografia e Política Nacional de Resíduos Sólidos.

É sabido que realizar um trabalho antropológico não requer, necessariamente, migrar para outras áreas de conhecimento. A antropologia é autônoma ao tratar com seus métodos seu objeto de estudo. Porém, esse diálogo pode ser pertinente ao evidenciar uma necessidade que passa pelo objeto - da etnografia - mas ultrapassa as disciplinas, sendo inevitável considerar a multidisciplinaridade para realizar um trabalho mais completo.

Nesse capítulo, faço uso dessa possibilidade, escolhendo estudar a PNRS⁹, espero trabalhar esses documentos sem comprometer a identidade antropológica da pesquisa. Utilizo a disciplina para analisar as disposições nacionais e estaduais que estabelecem a premência de elaborar políticas públicas para a coleta seletiva.

Nesse sentido, a pesquisa de campo pode e deve ser a ferramenta pela qual se sugere ações para desenvolver melhor certa política pública, considerando o caráter e as peculiaridades que cada localidade possa ter e como se dão os impactos dessa políticas públicas vivenciadas por agentes sociais. Portanto mais uma vez, chega-se a necessidade de pesquisa em antropologia para aprimorar as práticas de políticas públicas.

O tema dessa pesquisa remete ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS - porque seu objetivo trata de conhecer de perto uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis e quais são seus desafios atuais. Muitos desses desafios são enfrentados, em grande parte, pela falta de adequação do município à Política Nacional De Resíduos, como pretendo evidenciar.

Como a antropologia pode ser uma boa ferramenta para a gestão e a administração pública, para que essa possa alcançar maior efetividade nas tomadas de decisões? Faço aqui uma inversão, pois pretendo utilizar o Plano Nacional e a Política Nacional (como posteriormente mencionados) como ferramentas de reivindicação da

⁹ A Política Nacional de Resíduos Sólidos é baseada no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, ambos possuem abordagem inter e multidisciplinar, considerando laudos de estudos de Geografia, Engenharia, Administração Pública, etc, para realizar uma proposta viável de Saneamento Básico.

antropologia a fim de fundamentar uma demanda oriunda dos nativos e do campo, no caso da COAAFI.

Posto isso, explico resumidamente que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos é um posicionamento do governo federal, exposto mediante a publicação de um documento que contém estudos levantados por diferentes pesquisadores, que propõe a direção a ser estabelecida para o gerenciamento da matéria residual das cidades.

É um documento elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA, que formaram grupos de trabalho com equipes especializadas para pensar a questão da gestão de resíduos. Uma versão inicial foi publicada em setembro de 2011; e outra, atualizada em agosto de 2012, ambas estão disponíveis¹⁰ para consulta pública virtual.

Esse documento abrange o trato com diferentes tipos de resíduos¹¹, considerando a definição como exposta na Lei 12.305/2010, onde **resíduo** seria o material sólido ou semi-sólido descartado, que procede de uso de atividades humanas em sociedade; e **rejeito**, como o resíduo sólido que não é passível de tratamento ou recuperação viável econômica e tecnologicamente (PNRS, p.16, 2011).

No Plano Nacional de Resíduos Sólidos, encontra-se um levantamento panorâmico da quantidade de resíduos produzidos no país, e são apresentadas estatísticas e informações sobre como cada região do país promove o destino desses rejeitos. É através desse estudo que se pode mensurar a respeito da quantidade de resíduo produzido no país de forma comparativa, e a forma com que este vem sendo manejado a nível nacional, considerando também a diferença de manejo existente em cada região.

Nesse capítulo, trato apenas de direções estabelecidas para coleta seletiva, tanto no Plano Nacional de Resíduos, um estudo mais panorâmico, quanto na Política Nacional de Resíduos, a lei específica que regulamenta sobre o tema no Brasil. Faço algumas reflexões sobre a origem da limpeza pública, lembrando do tempo quando os resíduos começaram a ser considerado uma problemática urbana. Depois, abordo as

¹⁰ Versão de setembro de 2011 está disponível no endereço: http://www.mma.gov.br/estruturas/253/_publicacao/253_publicacao02022012041757.pdf. E a versão de agosto de 2012 é encontrada: http://www.sinir.gov.br/documents/10180/12308/PNRS_Revisao_Decreto_280812.pdf/e183f0e7-5255-4544-b9fd-15fc779a3657.

¹¹ Existem diversas categorias de matéria residual, como lixo industrial que é chamado Resíduo de Construção Civil, O lixo hospitalar, o resíduo agrícola, o resíduo comum urbano é o de maior quantidade porque se trata do gerado por unidades familiares. O plano propõe que cada uma seja tratado de forma distinta por ter impactos e características distintas.

perspectivas apontadas para a coleta seletiva como presentes na Lei Nacional de Resíduos Sólidos, apresento Foz do Iguaçu nesse contexto, e termino o capítulo com uma crítica à política municipal e a falta de fiscalização das esferas estaduais e federais a respeito da adequação dos municípios às diretrizes estabelecidas por lei.

4.1 A ORIGEM E A EXTINÇÃO DO LIXO COMO UM PROBLEMA

Quando pensamos na origem do planejamento urbano, provavelmente nos remetemos a Europa do século XVIII, quando o ápice da revolução industrial transformou a cidade no berço dos problemas sociais e das formas de injustiça que hoje são muito conhecidas.

Poderemos atribuir a “solução” da questão do lixo urbano à essa época? Expresso-me melhor: Poderemos buscar alguma solução baseada nas decisões tomadas por autoridades daquele tempo? A resposta é claramente negativa. O problema da gestão do lixo, mesmo passados dois séculos inteiros ainda não foi resolvido, pelo contrário, tem aumentado de forma alarmante.

A ideia de que vivemos em cidades “limpas”¹² é equivocada. O que nos permite considerar como resolvido o tema da limpeza urbana é o fato de que não nos deparamos com lixões na mesma proporção com que nos deparávamos há algumas décadas atrás. A partir de meus estudos sobre o tema, creio que a diferença é que houve uma “maquiagem” do problema. Por isso, o que trazemos de herança da Europa pós-revolução industrial é justamente o aumento de rejeitos, o aumento da produção de bens descartáveis, e não a solução da limpeza pública.

Hoje, mais do que antes, é necessário reduzir o crescimento da produção de bens descartáveis, aumentar a vida útil dos bens materiais industrializados, e sobretudo, dar um destino correto a todo e qualquer objeto descartado. O crescimento populacional urbano gera resíduo e, ao mesmo tempo, a necessidade de ordenar as

¹² 1Considero aqui o termo cidade “limpa” como a cidade que tem a administração e reaproveitamento integral dos resíduos, considerando o trabalho de organizações independentes., como cooperativa, sindicatos, etc.

matérias residuais descartadas. Mas a ligação a ser feita não é entre número de habitantes como diretamente proporcional à forma ou aumento de produção ou de gestão do lixo.

O que já aprendemos, enquanto sociedade organizada, é que o adiamento de ações ecológicas causam o acúmulo e o crescimento de um problema gigantesco que, se for explorado da maneira correta, pode ser a causa do aumento da potência energética ou agroecológica. Pequenas cidades não apresentam esse problema, portanto essa é mais uma consequência da industrialização e da urbanização do que uma característica de metrópole.

Voltar a pensar sobre o assunto da limpeza pública como algo que se originou séculos atrás não é ter uma visão regressista, ao contrário, é ousado porque lida com um assunto que pode ser trabalhado como uma das grandes transformações do tempo contemporâneo e do tempo futuro.

Para concluir, ressalto que é impossível exaurir um tema que começou há séculos atrás em apenas apresenta-se esboçado aqui como um tímido subcapítulo. Apenas faço como uma constatação de que a temática de resíduos sólidos urbanos passa a ser um problema durante a revolução industrial, mas de forma nenhuma afirmo que antes disso não haviam “resíduos” a serem dispensados e gerenciados.

A revolução industrial aumentou exponencialmente a quantidade de resíduos não-orgânicos, sem que tenha sido desenvolvido à época reflexões sobre qual seria um destino correto. Por isso, aqui, proponho superarmos o tema da industrialização com o que Bruno Latour (2004) propõe como ecologização da mente e da política.

Cidades pequenas sempre trabalharam bem quando se trata de administrar rejeitos, comunidades indígenas também possuem a sua política de limpeza, apenas nós que somos fruto de um tempo supostamente moderno, ainda não damos conta de nossa sujeira no mundo.

Entendo que o fato da sujeira ser considerada como um problema na civilização ocidental e começar por conta da produção de materiais industrializados e produtos em massa, remete-se de certo modo ao que a Antropologia já identificou como um comportamento de oposição de Natureza e Cultura. Nessa interpretação cosmológica do par de oposição, tudo que é interligado com o natural é desvinculado dos grupos humanos, portanto os serviços ecossistêmicos (natureza) seriam produtos pertencentes ao homem para a produção e utilização e descarte (cultura).

A desconstrução desse paradigma já foi realizada pela disciplina

antropológica, mas a política e a mentalidade exploratória ainda são aquelas que têm muito espaço no comportamento da sociedade em geral, ao cortar uma árvore, jogar lixo no chão, lavar o carro com mangueira, jogar óleo na pia de lavar louça, etc.

Reconhecer legalmente que um planejamento de resíduos urbanos é extremamente necessário significa quebrar formalmente essa oposição entre natureza e cultura, como identificada pela antropologia. Porém, na prática, o que temos testemunhado é um projeto de mascaramento do lixo que pode ser comparado - como muito tem sido feito - a uma casa, varrida e limpa, mas na qual a sujeira colhida é depositada e escondida embaixo da cama ou do tapete, ou em algum dos cômodos aos quais dificilmente se tem acesso.

Não pretendo realizar aqui um trabalho histórico sobre a origem dos planos de manejo de resíduos ou de disposição de resíduos em diferentes sociedades. Isso seria um trabalho tanto árduo como compensador, mas não é a intenção dessa pesquisa. Ainda assim, de forma audaciosa, arrisco afirmar que a economia do lixo, se é que pode ser chamada assim, é tão antiga quanto os agrupamentos humanos. Sempre houve e sempre haverá restos oriundos de atividades humanas, seja em sociedades complexas ou em coletivos humanos menores que rendem alguma economia, ou seja, restos que podem gerar algo mais após ser descartado.

Porém, compreendo que mesmo não sendo novidade na história do homem, a sociedade e a política pós-revolução industrial fizeram com que esses resíduos se tornassem um problema mundial, devido a quantidade da fabricação de produtos. Finalizo essa parte do texto, recordando que a falta de saneamento básico, a dificuldade em traçar limites de produção industrial e a de encaminhar adequadamente os rejeitos é mais uma das heranças da mentalidade exploratória e colonizadora que utiliza de maneira antropocêntrica e irresponsável os recursos naturais. Sendo incentivadora de uma produção desmedida, tanto na forma de extração de matéria prima, como na forma de destino final de materiais.

Uma problemática com tal origem e desdobramento só é desconstruída através da informação e da formação. Porém, há que ser razoável e crítico ao enumerar as inúmeras medidas governamentais a favor do meio ambiente que todavia são baseadas no antropocentrismo predatório. Pensar na conservação dos serviços ecossistêmicos para a manutenção do estilo de vida consumista¹³, não é desconstruir a

¹³ Segundo a definição de sustentabilidade da Comissão Brundtland, essa seria: "O desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras". Nessa

oposição entre Natureza e Cultura.

É por esse motivo que a educação ambiental deve ser o guia para entender a forma que o planejamento urbano e a gestão de resíduos deve ser feita, somente criando esse vínculo baseado na experiência e na consciência que poderemos pensar no lixo como mais uma das fontes de renda e de qualidade de vida.

4.2- A OTIMIZAÇÃO DAS PERSPECTIVAS:

A postura oficial do Governo Federal é a de fomentar a adequação das cidades à Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estabelece um tratamento dos resíduos e considere a questão ambiental como uma das exigências para a adoção de políticas de manejo residual. A Lei trata do manejo de todos os resíduos, desde a matéria oriunda de construção civil, até os passíveis à reciclagem. E é ao estudar sobre os materiais que passam à reciclagem que analisarei os avanços impulsionados pela Lei 12.305/2010. Um desses avanços é a preocupação demonstrada pela destinação correta de cada tipo de resíduo, a fim de evitar contaminações. Também está contemplada nela a preferência por contratação de cooperativas de trabalhadores de baixa renda para a realização da coleta seletiva.

Devido à diversidade de contextos dos estados e municípios do país, a adequação requer um estudo prévio sobre a viabilidade de cada local para executar a política implementada pela nova lei. Nesse sentido, construir indicadores de sustentabilidade, para lograr uma eficaz coleta é uma das possíveis formas de resolver a questão dos rejeitos nas cidades.

O uso desses indicadores pode definir qual é a melhor forma de destino em cada região. Besen (2004), escreve sobre aplicar esse método nas cooperativas de catação de lixo. A mesma autora também denuncia o impacto que os resíduos sólidos têm para o ecossistema, afirmando que uma política ecológica requer a correta gestão dos resíduos:

A saúde humana e dos ecossistemas pode ser afetada pela produção dos resíduos em todas as suas fases, da geração à disposição final. Portanto, reduzir a geração de resíduos sólidos

definição, pressupõe-se que a depredação do meio ambiente é justificada pelas “necessidades” de uma sociedade que é altamente consumista. Nosso Futuro em Comum, Brundtland, 1987.

demanda respostas urgentes que implicam em mudanças dos padrões existentes de produção e consumo da sociedade moderna e a implantação de um gerenciamento integrado, sustentável economicamente, socialmente justo e ambientalmente eficiente. A coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares e a reciclagem são **atividades** que contribuem com a sustentabilidade urbana e a saúde ambiental e humana. (Besen, 2014, p.20)

[C15] Comentário: citação se não me engano é tamanho 10, conferir

A autora defende que tanto a esfera econômica como a ambiental obtêm vantagens com a organização da coleta seletiva. Portanto, quando propõe reduzir a geração de resíduos, refere-se à indústria e à forma de consumo encontrada atualmente na maioria das sociedades ocidentais.

Redefinir o método de consumo transformaria também a coleta de reciclagem, que é dependente da coleta seletiva. Tal economia circular da matéria reciclável não sofreria com a diminuição da produção, uma vez que, atualmente, a grande maioria dos recicláveis são dispostos em aterros. Encontra-se aí um paradoxo. Se mudar a forma de produção, excluindo o uso de embalagens como os catadores irão se manter? É nessa classe de questionamentos que entra a problemática das inúmeras possíveis gestões dos resíduos. Claro que poderiam viver de outros trabalhos, de forma talvez mais digna, sem ter de conviver com abrir sacos onde misturam-se animais mortos com restos de embalagens plásticas. Mas evitaremos por ora adentrar nesse debate mais amplo sobre a dignidade de trabalhos humanos.

Por mais que ocorra uma reforma na quantidade de produção de embalagens, é inevitável a produção de resíduos, seja ele de qualquer matéria. permanecendo o trabalho do catador, já que sempre haverá resíduos a serem reciclados. A reciclagem não defende a produção de matéria prima em material, ao contrário. Questiono nesse capítulo a hipótese de que a diminuição da produção é necessária, mas no panorama atual pode-se afirmar que para alcançar tal feito, será necessária a disseminação da educação ambiental e da coleta solidária através de cooperativas. Explico melhor: a perspectiva mais positiva e a curto prazo é a regulamentação dos aterros, a obrigatoriedade de recicladores e a não-privatização e o não monopólio do lixo, porém a realidade mostra a despreocupação quanto a cobrança de adequação.

O Decreto número 7404/10 regulamenta sobre isso, esclarecendo as brechas deixadas pela Lei Nacional de Resíduos a respeito da logística reversa 12 Títulos que esmiúçam o tema com grande precisão. A partir da colocação em prática da nova lei (que já não é nova, pois seu prazo de cumprimento foi por duas vezes prorrogado por

falta de implantação tanto no nível estadual como federal) alcançaríamos a economia integrada dos resíduos sólidos. Ou seja, testemunhamos a fase mais insustentável tanto economicamente quanto ecologicamente da administração do lixo desde que o tema começou a ser posto em questionamento, existe uma lei há 5 anos, que teoricamente obriga os estados e os municípios a se adequarem, porém, a realidade das cidades continua a mesma.

Segundo a página virtual do Ministério do Meio Ambiente¹⁴, no Brasil, as primeiras regulamentações sobre o destino de resíduos datam de 1991 e tratavam somente dos rejeitos oriundos dos serviços de saúde.

Depois de dez anos, iniciou-se o debate a respeito dos materiais recicláveis, após a organização do I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis que aconteceu em 2001. No âmbito internacional, a preocupação com o meio ambiente começa em meados dos anos 70¹⁵, na Conferência de Estocolmo. Somente 20 anos depois, o Brasil se interessa em regulamentar a disposição de rejeitos, ainda de forma tímida.

A gestão integrada proposta pelo Governo Federal é uma iniciativa bem articulada, que considera os aspectos sociais, ambientais e econômicos da gestão de resíduos. Mesmo um ano antes do final do prazo estipulado pela exigência de cumprimento, estabelecido para o ano de 2010, a coleta seletiva foi alvo de investimentos importantes através do BNDES¹⁶, o que mostra a preocupação do governo em desenvolver iniciativas que transformassem a gestão de resíduos em um fator de desenvolvimento social, não em mais uma ferramenta de desigualdade e segregação.

O que pretendo defender com essas informações é que o lixo não é problema quando é gerido de forma responsável e comprometida, isso já é um fato conhecido tanto na academia quanto na política. A consciência coletiva sobre o trabalho precarizado está baseada na falta de salubridade e do saneamento básico, por isso é necessário desvincular o imaginário do lixo como produto contaminado.

Infelizmente, a realidade do país ainda é essa, por mais que a Lei Nacional de Resíduos e seus respectivos decretos tenham sido escritos da forma mais

¹⁴ Disponível em <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/politica-nacional-de-residuos-solidos/linha-do-tempo>. Acessado em 16 de junho de 2016. Às 10h23minutos.

¹⁵ Política Nacional de Resíduos Sólidos. Desafios e oportunidades para as empresas. São Paulo, agosto de 2012.

¹⁶ http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2009/Social/20090504_Catadores.html. Acessado em 29 de junho de 2016.

completa possível, elas não tem alcançado a eficácia. Um dos motivos que levam à falta de efetividade é o fato de que a mudança definitiva na forma que se coleta e descarta o lixo requer inúmeras iniciativas.

Enumero seis delas: 1) Elaboração de políticas públicas aos catadores, 2) A exigência de tratamento correto do resíduo, 3) Educação ambiental, 4) Proteção ao meio ambiente através de decisões que visem diminuir o que é destinado nos lixões das cidades, 5) Respeitar os direitos do trabalhadores, assegurado legalmente que o estado pague pelo serviço de limpeza pública, e 6) Defender os direitos humanos, que implicam na defesa e no respeito da dignidade dos que trabalham com os rejeitos.

A perspectiva ideal para o cenário daqui a 10 anos seria atingir o lixo zero, ou seja, a utilização de toda matéria residual das cidades. Obviamente nem todas as regiões são viáveis para a instalação de um biodigestor, ou qualquer outra tecnologia que utilize rejeitos, mas não é impossível falar em doação ou mesmo a venda de rejeitos de uma cidade para outra.

Resíduos se tornam lixo quando não existe uma tecnologia para que sejam reutilizados. Considerando a esfera atual dos trabalhadores do lixo no Brasil, essas afirmações parecem mais com ficção científica do que com uma possibilidade real. Mas não deveria ser assim, já que o país é considerado como uma das mais fortes economias do mundo. Porém, o prazo para 2021 ainda é a respeito da regularização dos aterros sanitários, ou seja, desde 1991 a situação não avança de maneira significativa.

Antes de questionar a falta de incentivo econômico para o desenvolvimento de tecnologias que tornem viável o tratamento dos rejeitos, é crucial cobrar a gestão e a aplicação das diretrizes – que ainda são tímidas - já estabelecidas no Plano Nacional, na Lei 12.305/10 e no decreto 7404/10. Analisando o Plano Nacional, realizado em 2011, como é comum em estudos realizados pelo governo brasileiro, o resultado do levantamento a respeito da coleta seletiva foi bastante otimista. Estimava que em 2009 a área coberta pela coleta em áreas urbanas chega a 98% dos domicílios. O estudo afirma que em 18% das cidades brasileiras, entre 2000 e 2008 o aumento da reciclagem foi de 120% em municípios majoritariamente localizados no sul e sudeste.

Esses dados mostram a tendência à reciclagem que algumas cidades brasileiras tem apresentado nos últimos anos, e isso sem dúvida é atribuído a iniciativas independentes e desvinculadas de quaisquer incentivo municipal que estabeleça vínculo empregatício, ou que ofereça mais do que o material que seria rejeitado.

Ressalto que, ao constatar que o fato de que “algumas cidades” tem se

mostrado mais predispostas ao trabalho da coleta que outras, quase sempre isso não se deve a incentivos públicos. Muito pelo contrário, a possibilidade de esse avanço ter ocorrido se deva provavelmente à organização independente de trabalhadores ou agentes ambientais. Com base em minha pesquisa, creio ser isso o mais provável.

Esse documento esclarece que a administração municipal é a quem compete fixar as considerações feitas a nível nacional, portanto estabelecer metas para algumas adequações é uma iniciativa que deve ser feita a nível local. Para finalizar, considero como uma das novidades e avanços da Lei Nacional de Resíduos Sólidos a implantação da logística reversa, baseada no plano nacional que já contemplava tal necessidade.

Antes de comentar a forma em que essa exigência é feita, considero que a logística pode ser compreendida como aqueles procedimentos a serem tomados para alcançar determinado objetivo, considerando a forma com que esses serão realizados, a relação do custo e benefício, bem como o cumprimento de todas as etapas estabelecidas como necessárias para sua execução. Logo, a logística reversa é definida pelo conjunto de ações que possibilitem que as empresas reutilizem os resíduos – embalagens - dos produtos que fabricam, e não havendo maneira possível para a volta do material no ciclo de mercado, a respectiva empresa, bem como o comerciante, e o consumidor, ficam responsável pelo destino a correto do mesmo.

Juntamente com a implantação da logística reversa vem a responsabilidade compartilhada, outro avanço da PNRS-2010. Isso significa que a responsabilidade pela matéria residual é solidária e aplica-se desde o momento em que a instituição produz - ou compra a embalagem - a transportadora entrega, o comerciante vende, passando pelo consumidor, que já adquire o produto pretendendo descartar a embalagem residual, chegando, finalmente, ao catador que poderá vendê-la ou reciclá-la, dependendo do alcance da cooperativa.

Por mais otimizada e completa que seja a letra da Lei, o que falta para alcançarmos as metas estabelecidas é a cobrança de sua execução por parte do poder público. Não há espaço para crítica no texto da lei no que diz respeito à viabilidade econômica da adequação dos aterros, do incentivo a cooperativa e inúmeros outros benefícios. Porém, a realidade da gestão municipal de Foz do Iguaçu e aquela vivida pelos catadores estão completamente divergentes com respeito ao que determina a Lei, e não há meios de punição e cobrança, pois os prazos tem sido sempre “flexíveis”.

Existem duas perspectivas: a primeira a do texto ou da letra da lei, a

segunda é a da prática. Isso sem considerar os dados de outros municípios, pois, o fato de Foz do Iguaçu fazer parte da minoria de municípios do país que conta com uma cooperativa de catadores já demonstra que a perspectiva dessa cidade é vergonhosamente positiva se comparada com outras.

Para finalizar, gostaria de comentar que quando existe uma política nacional que estabelece a coleta seletiva, mas não existe uma gestão municipal que a implante, além de apenas ser realizar algum estudo interpretativo, é necessária a divulgação da informação, da cobrança para que o município se adéque o quanto antes ao que o governo federal estabelece como parâmetro nacional.

Os dois trabalhos são importantes, tanto o da política quanto o da antropologia, uma pode resolver um problema vivido pelos catadores, e a segunda entende como esse problema se fundamenta na realidade atual, e sugere a forma que a intervenção será feita, à medida do método antropológico. Por isso é necessário o diálogo entre ambas para que esses trabalhos não sejam distanciados e paralelos. Todas as medidas e todas as exigências devem ser feitas em conjunto, para a transformação das condições encontradas e enfrentadas atualmente.

4.3 A CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU NESSE CENÁRIO

Estudar qualquer problema em Foz do Iguaçu requer, obrigatoriamente, pensar suas peculiaridades. É uma cidade que faz fronteira com dois países, que possui a Usina Hidrelétrica de ITAIPU, uma obra faraônica que causou uma expressivo migração na década de 70, essa hidrelétrica é considerada uma das 7 maravilhas modernas, servindo de ponto turística.

Em Foz é possível, também, visitar as Cataratas do Iguaçu, uma das 7 maravilhas da natureza, é nessa cidade que contem dois dos mais importantes rios do Estado do Paraná, Iguaçu e o Paraná, inclusive, seu nome faz alusão a um evento natural, pois o Rio Iguaçu desagua no Paraná, por isso o município faz referência a foz do Rio Iguaçu.

Por conta dessas características, a cidade passou a ser alvo de interesse turístico. Tendo aumentado o fluxo de visitas em um período relativamente recente,

alcançando hoje¹⁷ a terceira cidade do país que mais é procurada por turistas estrangeiros.

Apesar do carácter turístico da cidade ser o mais comentado ultimamente e apesar da cidade ser considerada nova, o processo de municipalização de Foz começou em meados de 1910, com uma colônia militar, que chamava-se Vila Iguassu¹⁸, vindo a ser concretizada como município em 1918, dando origem ao atual nome da cidade. Portanto, o interesse inicial em estabelecer uma base militar foi por motivos estratégicos e pela localização de tríplice fronteira.

A cidade que está localizada no oeste do estado do Paraná, cuja área total é de 617,701Km², sendo apenas 191,42Km² área urbana, 138,17Km² de área rural e representativos 138,60Km² de área do Parque Nacional do Iguaçu. 149,10Km² abrangidos pelo Lago de Itaipu, restando 0,38Km² na Ilha Acaray¹⁹.

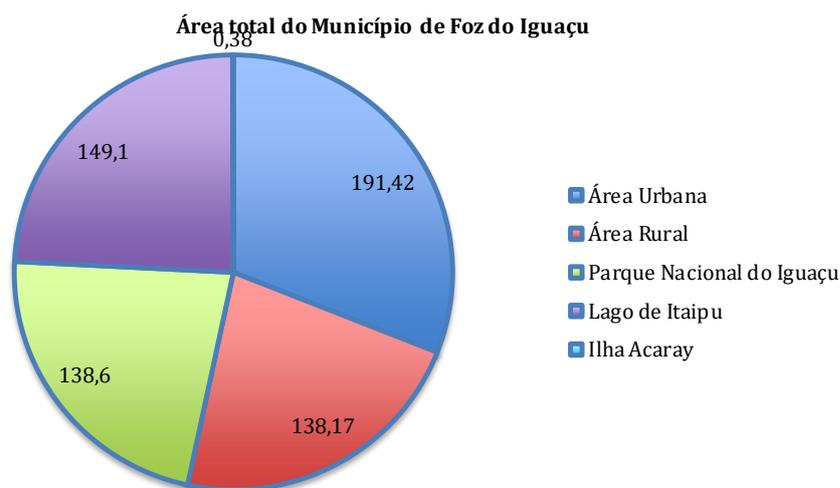


Tabela 1 Divisão da área do município de Foz do Iguaçu. Gráfico elaborado pela autora

É possível ver no gráfico que a área urbana do município corresponde a apenas 31% da área total. Sendo que o Parque Nacional do Iguaçu com 22%, O lago de ITAIPU 24%, e a Ilha de Acaray com menos de 1%, juntos formam uma quantidade

¹⁷ Disponível em: <http://www.fozdoiguacu.destinodomundo.com.br/novidades/estrangeiros-colocam-foz-em-3%C2%BA-lugar-no-brasil>. Acessado em 28 de junho de 2016. Às 03h15.

¹⁸ Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=1007>. Acessado em 28 de junho de 2016. Às 03h02.

¹⁹ Disponível em <http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=62501>. Acessado em 28 de junho de 2016. Às 02h57.

significativa do espaço de Foz. Aproximadamente 46% da área de Foz é impossibilitada de urbanização ou intervenção municipal.

Portanto, a maioria dos 256,88 mil habitantes da cidade²⁰, estão em aproximadamente 191,42Km², considerando alguns que vivem na área rural. É importante considerar esses dados de Foz, pois a cidade é formada por pessoas de diferentes nacionalidades, não se restringindo às fronteiras com o Paraguai e Argentina. Existe um considerável grupo de libaneses, chineses, entre outras nacionalidades que residem na cidade.

Levanto essas informações da cidade para demonstrar que o processo de municipalização de Foz do Iguaçu foi explosivo e desequilibrado. Isso é uma característica das cidades da América Latina, essa migração exploratória e de urbanização sem o planejamento e acompanhamento, porém, em Foz isso se deu em uma medida exponencial com a construção de Itaipu, e aproximadamente 15 anos depois, com a construção da Ponte da Amizade, unindo Ciudad del Leste - PY, para um comércio baseado no contrabando.

Conhecer o surgimento da cidade, desde a administração militar de 1910, até a construção da ponte da amizade - 1980, quando a cidade recebeu notável crescimento tanto econômico quanto populacional, também no regime militar, é crucial para melhor compreender a relação da política com a cidade.

A atual administração, mesmo após o reestabelecimento do regime democrático, ainda apresenta traços que têm sua origem no nascimento e no crescimento militarizado da cidade. Além disso, enquanto Foz do Iguaçu é apresentada como um “destino do mundo”, a gestão e o gerenciamento do município será majoritariamente voltado para o turismo e não para os seus habitantes.

Sem a responsabilidade de resolver os problemas vivenciados por moradores da cidade, que representam um número pouco atrativo tributariamente. A rede hoteleira, o comércio e a prefeitura estabelecem os espaços propícios para o turista, que fica confinado ao corredor turístico e conhece apenas a Foz do Iguaçu dos cartões postais.

O que quero pontuar é que o turista, em Foz, está condicionado a um corredor turístico, projetado por grandes redes de hotéis e firmado pela prefeitura, com o apoio da hidrelétrica ITAIPU. Não há incentivo por parte da prefeitura para que os turistas

²⁰ Disponível no link: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=410830>. Acessado em 01 de julho de 2016. Às 04h06minutos.

criem laços ou tenham experiências vividas com moradores da cidade, justamente por não haver esses espaços de trocas, como praças bem cuidadas, teatro municipal, entre outros espaços de convivência pública ou comunitária.

Pensando sobre o tema da pesquisa, o que isso tem a contribuir com o trabalho da COAAFI? Posso garantir, como já citado anteriormente, que o Estado está presente em diferentes momentos no dia a dia da cooperativa, seja para separar o morador do turista, seja para ameaçar através de punições. Sugiro denunciar e reivindicar a intervenção do Estado de maneira positiva e contribuidora, pois o direito dos catadores e o poder do município pode ser aproveitado de maneira mais articulada, visando o bem público, sem comprometer o caráter turístico da cidade..

Uma possibilidade é a implementação e, posteriormente, a fiscalização da separação para reciclagem em todas as casas. Dando início a uma gestão do lixo abrangente e definitiva. Além de ser promovido o incentivo à criação de espaços de trocas de experiências entre moradores. Ou talvez fazer a construção de um monumento em homenagem a todos os trabalhadores e barrageiros que trabalharam na cidade, para fortalecer o vínculo do iguaçuense com os turistas que visitam a cidade. Dar visibilidade aos moradores da cidade ou a história da construção da cidade para os turistas.

Agora, voltando ao tema da política nacional de resíduos, é importante ter a noção do que está proposto Lei 12.305/10 para fundamentar a busca de melhorias na gestão dos rejeitos e dos resíduos a nível municipal. Espero que tenha ficado claro, no capítulo anterior, que a reciclagem é uma preocupação e uma tendência da política nacional, ainda que a responsabilidade por sua implementação seja local. E, localmente, é possível resolver de inúmeras formas esse vácuo entre a Lei e a realidade vivida pelos catadores.

Sobre esse assunto, o governo do estado do Paraná, publicou em 2013, um documento chamado “Plano De Regionalização Da Gestão Integrada De Resíduos Sólidos Urbanos Do Estado Do Paraná”, obedecendo à sugestão da Política Nacional²¹, em que estabelece a regionalização da unidade federativa para facilitar a implementação que foi indicada nacionalmente.

Esse plano ofereceu oficinas e assembleias com representantes de cada cidade, para formar uma liderança municipal a respeito da gestão de resíduos. Segundo o

[a16] Comentário: não precisa deixar em caixa alta/maiúscula... deixa normal Plano...

²¹ Política Nacional de Resíduos Sólidos, Ministério do meio Ambiente. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/arquivos/1_politica_nacional_de_resduos_solidos_silvano_silvrio_36.pdf. Acessado em 01 de junho de 2016, às 18h21m.

documento, a cidade foi representada ora por Marco Aurélio, ora por Roseli Barquez, sendo a última Secretária do meio ambiente na época.

Dessa forma, Foz do Iguaçu participa da região nomeada por AMOP, sendo a cidade onde se concentra grande massa da população regional. Optei por começar com um parâmetro nacional até chegar à regionalização para comprovar que a gestão do lixo deve ser iniciativa majoritariamente municipal.

Compete à administração da cidade o manejo com os rejeitos. Ao mesmo tempo em que isso permite uma liberdade maior a prefeitura, faz com que a cobrança a nível nacional seja mais branda. É por isso que a gestão do lixo ainda precisa ser trabalhada de maneira comprometida.

O município de Foz do Iguaçu conta com aproximadamente ainda mais um ano de vida útil para o aterro sanitário²². Na cidade já houve a tentativa de incineração dos rejeitos, possibilidade descartada após grande mobilização dos agentes da COAAFI, que através de manifestações e reuniões com o prefeito, conseguiram assegurar o trabalho da coleta seletiva e cancelar a licitação aberta para empresas incineradoras.

Atualmente a gestão do lixo residual urbano é feita por uma empresa chamada Vital Serviços Ambientais, que recolhe em toda a cidade o lixo comum, e leva até o aterro sanitário que fica próximo a região noroeste da cidade. Após o caminhão passar e recolher o material este é diretamente colocado no aterro, não recebendo nenhum tipo de triagem, visto que é proibido²³ por lei o manejo manual do lixo coletado pelos caminhões.

Embora ao lado do aterro exista um barracão da COAAFI, os agentes não tem contato nenhum com esses resíduos, sendo condicionados a trabalhar apenas com o material coletado no porta a porta. O que se apresenta, é a separação mínima dos resíduos e dos rejeitos, sendo 150 toneladas mensais - aproximadamente – o número dos materiais recicláveis que são coletados e vendidos pela cooperativa, mesmo possuindo 9 barracões na cidade. Isso reflete a pouca abrangência dos agentes nos locais onde estão inseridos.

É importante saber que essa limitação se deve ao fato de que a coleta tem sido um trabalho insustentável no sentido econômico – e em muitos casos, físico. Já

²² Segundo o informado por Marco Aurélio no Plano de Regionalização do Estado do Paraná, a vida útil do aterro sanitário de Foz do Iguaçu acaba em 2017. (Plano De Regionalização Da Gestão Integrada De Resíduos Sólidos Urbanos Do Estado Do Paraná, p.72, 2013.)

²³ Essa proibição vem da necessidade de combater e evitar a prática que já foi comum a várias famílias que viviam em lixões, sendo os rejeitos objeto de sustento alimentar e financeiro.

que boa parte das trabalhadoras tem idade avançada e o a atividade exige um esforço físico grande quando no que se refere a coleta nas casas.

Segue a imagem do mapa da cidade retirado do site rota da reciclagem, que ilustra os pontos de coleta da cidade. Os nove pontos são referentes aos barracões da COAAFI, os seis pontos vermelhos são pontos de entrega voluntária (PEV), e o amarelo refere-se a um ponto comercial onde podem ser depositados os materiais recicláveis.

Os dois pontos distanciados, um verde outro amarelo, no canto superior direito da figura, estão alocados na cidade vizinha, chamada Santa Terezinha de Itaipu, portanto fora do limite de Foz do Iguaçu.

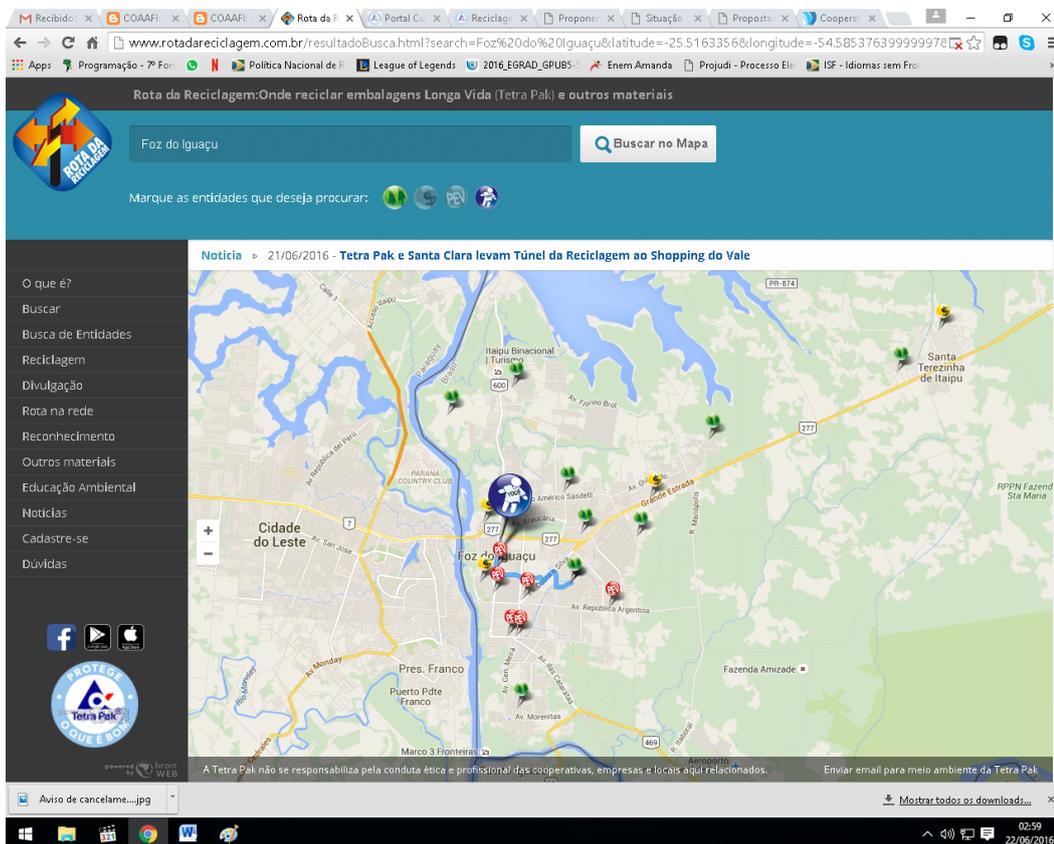


Figura 2: Rota da reciclagem Foz do Iguaçu²⁴.

²⁴ Disponível em: <http://www.rotadareciclagem.com.br/resultadoBusca.html?search=Foz%20do%20Igua%C3%A7u&latitude=-25.5163356&longitude=-54.58537639999997&checkCooperativa=true&checkPev=true&checkComercio=true#>. Acessado em 22 de junho de 2016. Às 22h15minutos.

Após uma breve observação da imagem, facilmente podemos concluir que os barracões são insuficientes para coletar o material de toda cidade, principalmente considerando que são poucos agentes trabalhando em cada centro de triagem. É impossível para as agentes atender ou prestar serviço em toda a região de um bairro com carrinhos de tração humana. A figura 3 mostra que o que está contido no plano municipal está aquém do que pode ser feito e exigido. O Plano não resolve o problema dos resíduos recicláveis jogados no aterro, é necessário expandir a cobertura da coleta nas ruas.

Não detalho aqui o plano municipal de manejo de resíduos sólidos por dois motivos importantes, o primeiro é explicado pelo viés antropológico do trabalho, pensando na preferência em assuntos levantados pelo campo da pesquisa, a segunda justificativa é a falta de um documento diretor exclusivo para o manejo de resíduos sólidos. O documento que regulamenta esse serviço da prefeitura é o Plano Municipal de Saneamento Básico, que por esse motivo é muito amplo e pouco específico no que consiste a reciclagem..

Para detalhar o que é contido no plano municipal, seria necessária uma pesquisa específica para o tema, e um acompanhamento das decisões e relações formalizadas na prefeitura. Por isso, tratei aqui de forma breve, somente as partes que levam a obrigatoriedade municipal da gestão do resíduo.

O Plano de Saneamento Básico estabelece (PGRS)²⁵ é uma agenda obrigatória para os grandes produtores de resíduos, a fim de possibilitar o correto destino dos rejeitos. Portanto, todo grande produtor deve escrever seu plano de gerenciamento de resíduos sólidos e apresentá-lo na prefeitura para que uma equipe formada por profissionais da secretaria do meio ambiente aprove ou não, dependendo das disposições municipais, estaduais e federais.

O texto esclarece o objetivo e a importância de estabelecer o plano de gerenciamento de resíduo e em distintas partes reconhece a pertinência da coleta seletiva, seleciono a seguir o trecho em que de forma mais sucinta, foi defendida a instituição do PGRS-2012:

A finalidade do PGRS é dotar o empreendimento de instrumento que possibilite a diminuição ou minimização dos resíduos na fonte, adequar à segregação na origem, controlar e reduzir os riscos ao meio ambiente e assegurar o correto manuseio e disposição final em conformidade com a legislação vigente. Tais

²⁵ PGRS, p.183, 2015.

ações possibilitam a ampliação da vida útil do aterro sanitário preservando e mantendo o ambiente natural e urbano, mantendo e melhorando a imagem da cidade para os cidadãos residentes e milhares de visitantes que movimentam a economia da região, aproveitando ao máximo todos os materiais que possam ser encaminhados para a reciclagem criando alternativa de emprego e renda para a população de modo a garantir vida digna a partir de atividades relacionadas com a coleta de materiais recicláveis. (Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Foz do Iguaçu-PR, p.183, 2012))

O plano municipal reconhece que a coleta seletiva faz parte da construção de uma cidade tanto sócio, como ambientalmente e economicamente justa. Porém, quase nada tem sido feito desde a elaboração do plano, apesar das condições de trabalho terem sido diminuídas.

Entre as garantias que contida no documento, estão: A pesagem anterior a disposição dos resíduos no aterro; a cobertura da camada disposta com solo; o controle dos gases emitidos, etc.

O documento municipal informa que os barracões de separação de materiais estavam sendo reformados, e durante as primeiras visitas de campo (junho de 2012) que fiz na cooperativa, fui informada que essa construção terminaria em dezembro do mesmo ano, e até hoje nenhuma reforma foi começada no barracão. Essa informação coloca em descrédito grande parte do que está escrito no Plano Municipal. Pois nem reforma dos barracões nem a gestão integrada dos resíduos foi concretizada.

Esse trabalho etnográfico é ao mesmo tempo uma denúncia, pois nada do que a cooperativa demanda está sem o devido amparo e reconhecimento legal.

Portanto não é opcional a prefeitura fazer parceria com cooperativas ou incentivar a coleta, isso é uma das obrigações do chefe do executivo municipal, sendo explicitado em várias partes do Decreto 7404/10.

Apresento um trecho que trata sobre a participação dos catadores na gestão de resíduos sólidos.

TÍTULO V DA PARTICIPAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E REUTILIZÁVEIS

Art.40. O sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos e a logística reversa priorizarão a participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda. Art.41. Os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos definirão programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda. Art.42. As ações desenvolvidas pelas cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no âmbito do gerenciamento de resíduos sólidos das atividades relacionadas no art. 20 da Lei nº 12.305, de 2010, deverão estar descritas, quando couber, nos respectivos planos de gerenciamento de resíduos sólidos. Art.43. A União deverá criar, por meio de

regulamento específico, programa com a finalidade de melhorar as condições de trabalho e as oportunidades de inclusão social e econômica dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Art. 44. As políticas públicas voltadas aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis deverão observar: I - a possibilidade de dispensa de licitação, nos termos do inciso XXV II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para a contratação de cooperativas ou associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; II o estímulo à capacitação, à incubação e ao fortalecimento institucional de cooperativas, bem como à pesquisa voltada para sua integração nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; e III - a melhoria das condições de trabalho dos catadores. Parágrafo único. Para o atendimento do disposto nos incisos II e III do **caput**, poderão ser celebrados contratos, convênios ou outros instrumentos de colaboração com pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atuem na criação e no desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, observada a legislação vigente.²⁶

Esse é apenas uma das bases legais para a cobrança de providência da prefeitura. Apesar da Lei Nacional de Resíduos Sólidos ter deixado brechas, o Decreto é complementar, e não resta dúvida sobre o posicionamento do Governo Federal, que inclusive, dispensa a contratação das cooperativas de catadores de reciclagem de concorrer licitação. O estímulo à cooperativa é dever do Estado, em quaisquer das esferas, mas cabe sobretudo a municipal se adequar e gerir localmente o que é pelo Estado.

4.4 . CRÍTICA

A grande crítica à Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305/2010, não é a respeito do texto da lei, esse pode ser considerado otimista e exigente. É principalmente, sobre o consecutivo desdobramento dos prazos para que as cidades se adequem as regulações exigidas. O prazo primeiramente estabelecido, que já era longo - até 2014, foi novamente prorrogado, e chega a ser postergado novamente, agora até 2021, conforme o número de habitantes de cada município.

Estabelecer a logística reversa prometia ser um logro da Lei Nacional de Resíduos Sólidos para a implantação da reutilização de material reciclável, pois implicaria na necessidade de firmar acordos e convênios entre diferentes pessoas jurídicas: empresas e cooperativa; produtores e distribuidores; importadores e comerciantes.

Porém, conforme a Lei de Resíduos, a responsabilidade é solidária pelo ciclo de vida de alguns produtos a todas essas instituições citadas, e isso foi especificado

²⁶ Decreto 7404/10 do dia 23 de dezembro de 2010. Brasil.

na Lei. Mas essa obrigação era inicialmente somente para apenas alguns produtos e embalagens, deixando mais uma vez, a margem da importância a coleta seletiva, a consciência ecológica, as cooperativas de organização independente.

Na prática, as embalagens que eram contempladas pela responsabilidade solidária na logística reversa limitavam-se as de materiais altamente contaminantes. Nota-se que a preocupação com o gerenciamento dos resíduos é meramente encenatória, pois o texto da lei informa que haverá uma regulamentação específica para o tema²⁷, deixando brechas para a não implantação da logística reversa de forma integral.

A dita regulamentação foi publicada, e se trata do Decreto 7404/10, que dispõe especificamente sobre a logística reversa, porém, é discutível a afirmação de que a logística reversa foi implantada já que o decreto não tem a mesma força da Lei. Mesmo o documento base para a elaboração da lei 12.305/2010, e, por conseguinte do Decreto 7404/10 tratar sobre o cenário de todo o país na questão dos resíduos, a coleta seletiva ainda ficou subalternizada.

Alguns resultados desse levantamento feito pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos são importantes para serem comparados nesse trabalho, pois retratam a mesma realidade encontrada na cooperativa de agentes ambientais de Foz. Observa-se que as organizações cooperativas ainda são muito tímidas, isso pode se dever ao fato de esse trabalho não ser incentivado ou reconhecido com a devida remuneração feita aos catadores, ainda que seja prevista a contratação de catadores organizados em pessoas físicas para a limpeza pública.

O plano nacional não sinaliza nenhuma abordagem sobre a questão de gênero nas cooperativas, porém, realça a necessidade de elaborar políticas públicas para essas organizações, o que evidencia que isso é uma demanda ainda muito necessária de ser trabalhada, e previamente pesquisada.

Defendo que a regulamentação de reciclagem merece uma lei de planejamento exclusiva, de forma a esclarecer e exigir o trato desses diferentes objetos pois o destino desses tipos de resíduos são - ou devem ser - completamente distintos. Tanto o Plano Nacional quanto a Política Nacional De Resíduos Sólidos dispõem de diretrizes que tratam dos materiais recicláveis de forma artificial, portanto a criação desses

²⁷ :Art. 21: A implementação da logística reversa dar-se-á nas cadeias produtivas, conforme estabelecido em regulamento. Parágrafo único. A regulamentação priorizará a implantação da logística reversa nas cadeias produtivas, considerando a natureza do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos sólidos gerados, bem como os efeitos econômicos e sociais decorrentes de sua adoção. Lei 12.305/2010, Brasil, 2010.

temas seria uma forma de incentivar o esclarecimento e a cobrança da gestão.

Finalizando esse capítulo, ressalto que por essa pesquisa ter me permitido a experiência da catação, defendo que a separação dos resíduos nas casas é certamente um dos grandes desafios dos agentes ambientais, ao menos de Foz do Iguaçu.

Por conta disso defendo que os resíduos recicláveis merecem e demandam uma lida específica dentro da esfera legal- de obrigatoriedade- pois os incontáveis “incentivos”, não surtem efeito no que diz respeito a quantidade e segurança do trabalhador da reciclagem.

As exigências vêm sendo tratadas como simples sugestões, devido a prorrogação do prazo e por isso não são implementadas de forma significativa. A proposta de obrigatoriedade na reciclagem não é idealizada ou radical, mas é baseada na necessidade ecológica, na realidade do catador e no pouco material que é reciclado enquanto a grande maioria é tratado como matéria residual comum.

Para melhor ilustrar o tamanho da realidade contraditória que testemunhamos a respeito de marketing e prática, temos como exemplo as vésperas do evento sobre PNRS, constata-se que o tema relativo a coleta seletiva está entre as primeiras preocupações do Fórum internacional, que contará, segundo a organização do site, com representantes dos BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

Mais uma vez, o valor dado à ação da coleta é discutido juntamente com os desafios de desenvolvimento, porém as decisões gestoras são completamente esquecidas de ser postas em prática. A administração, tanto na esfera nacional como na municipal tem invisibilizado essas discussões.

O site do Ministério do Meio Ambiente²⁸, através do IBGE, apresenta dados que revelam a situação da coleta de resíduos no Brasil. É possível constatar através da cartilha disponibilizada no site do MMA que 11% das cidades contam com unidades de triagem de materiais recicláveis e somente 3,9% dos municípios do país dispõe de aterro sanitário com compostagem.

Existe o reconhecimento tanto na esfera política, quanto na acadêmica, e principalmente no que diz respeito aos catadores de reciclagem, que a coleta seletiva faz parte do processo de crescimento e de desenvolvimento de um país.

A responsabilidade para com o lixo gerado vai além da responsabilidade

28 Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/politica-nacional-de-residuos-solidos/contextos-e-principais-aspectos>. Acessado em 27 de abril de 2016.

pública de limpeza e qualidade de vida, visto todos os debates e alarmes existentes sobre a necessidade de uma política ecológica que defenda a Terra e compreenda que o equilíbrio ecológico das gerações futuras depende das tomadas de decisões daqueles que vivem hoje.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos é talvez uma das mais importantes temáticas a ser desenvolvida nesse trabalho, porque é a reivindicação surgida e legitimada pelo campo. É parte da necessidade de fazer valer os direitos e as garantias que já foram reconhecidas nacionalmente. É evidenciar que a coleta seletiva é uma das condições para uma gestão pública eficiente, responsável e inclusiva.

É nesse contexto que defendo a utilização de pesquisas em Antropologia Urbana, e Antropologia de políticas públicas para alcançar e minimizar os efeitos que são consequência de uma política exploratória que infelizmente ainda é característica desse país.

5 O LIMPO E O SUJO, QUESTÕES INCONCLUSAS E REFLEXÕES

Uma reflexão ser pensada e questionada por nós, antropólogos, começa com uma frase que ouvi durante a pesquisa, e que é bastante utilizada - por pobres ou ricos desavisados. A frase é essa “ele é pobre mas é limpinho”.

Essa frase falada frequentemente nos revela muitas coisas a respeito da visão que a sociedade tem sobre a limpeza e a sujeira. Já paramos para pensar porque os espaços mais privilegiados pela sociedade de consumo são espaços limpos, tudo que é ou está frequentado por autoridades será dotado de limpeza e ordem.

Em contrapartida, o trabalho de limpar é um dos, senão o, menos valorizado socialmente, tanto no âmbito privado como no público. E não é necessário afirmar que a sujeira é quase sempre associada à pobreza.

Penso que existem três fundamentos que explicam essa questão: a primeira é a falta de saneamento básico e a condição de insalubridade que os menos abastados enfrentam, a segunda é a precarização do trabalho de limpeza que é consequência de uma nação que já foi escravocrata e guarda resquícios de preconceitos advindos dessa experiência histórica e a terceira é a limpeza associada a atividade feminina, portanto menos remunerada.

Se imaginarmos um lar, ou uma cidade bonita, essa imagem dificilmente será associada à sujeira e desordem, o limpo é aconchegante, zelado, mas o trabalho de limpar é visto como subalterno. Uma das hipóteses cabíveis para explicar o trabalho precarizado na cooperativa é o fato de ser formada majoritariamente por mulheres. A atividade de limpeza historicamente é associada como responsabilidade feminina que também tem sua mão de obra mais barata e desvalorizada em relação ao pagamento feito aos homens.

Mas, como já escrevi anteriormente, as cooperadas não se sentem em posição menos privilegiada que os homens o trabalho na COAAFI ao mesmo tempo em que é associada ao trabalho da mulher, requer a força e a superação física, que geralmente requer a força do homem, portanto o gênero não se aplica no caso delas como demanda, mas sim para explicar um fato social.

Muito já se escreveu sobre segregação e segmentação do trabalho. Porém, pouco dessas análises foram feitas a partir da análise do gênero. O que significa uma grande maioria mulheres liderarem uma cooperativa de catação de lixo reciclável em

Foz do Iguaçu? Essa é uma das questões que surgiu a partir da análise dos dados obtidos da observação de campo.

Os Direitos Humanos garantem o saneamento e a vida digna a toda pessoa humana, e mais uma vez, chegamos à conclusão de que meios e incentivos legais não faltam para promover o melhoramento da condição de vida, de trabalho e de renda dos agentes de limpeza, agentes operacionais, das empregadas domésticas, diaristas, zeladoras, jardineiras, agentes ambientais, catadoras autônomas, e outras várias profissões que lidam com a transformação do ambiente desagradável ao agradável.

O que falta é a higienização dos conceitos que são criados e das injustiças que são reafirmadas a cada contrato firmado, sendo formal ou verbal. Enfim, para não me estender em algo que não é o foco do trabalho, finalizo com a curiosidade de continuar estudando as inúmeras formas de abordar esse tema para futuras pesquisas, bebendo tanto de antropologia dos trabalhadores, quanto da antropologia e meio ambiente, a econômica e a urbana ou de políticas públicas.

Porém, independente da abordagem escolhida para levantar a bandeira da reivindicação, o resultado deve contemplar a exigência do cumprimento dos direitos humanos promovendo um trabalho digno a fim de que seja aplicada a justiça ambiental.

5.1 . AS RESPOSTAS

Apesar de toda pergunta de pesquisa requerer uma resposta, deixo esse trabalho como se dele tivesse obtido uma questão, mais que tudo, introdutória. Muito embora compreenda que alguns questionamentos que trouxe a tona tenham sido respondidos ao longo do texto.

A primeira resposta se trata da concepção dos agentes sobre a coleta seletiva. Essa concepção é a do trabalho como uma atividade empreendedora e organizada, pois, ao mesmo tempo em que são desmotivados, enxergam o seu trabalho como um negócio que depende da conscientização dos moradores. “O lixo é dinheiro, mas o povo é ignorante”, não existe aqui uma moral ecológica que nutre a intenção de continuar trabalhando.

Por serem bem articulados, os catadores e os recicladores lutam para que o papel da cooperativa na cidade não seja apenas uma propaganda falsa. Esclareço que a organização da cooperativa não foi motivada pela resistência a empregos formais, muito pelo contrário, a iniciativa foi motivada pelo interesse dos catadores na regulamentação da atividade e à exigência de reconhecimento, para que o agente fosse identificado, cobrado e valorizado como qualquer outra profissão.

Não é possível identificar na formação da cooperativa um ato de resistência contra o sistema econômico capitalista. A cooperativa enxerga nas embalagens dos produtos sua fonte de renda, sua subsistência. Entendendo o ato da coleta como uma adaptação de um grupo de trabalhadores a um sistema que seria a causa da exclusão de muitos ao mercado de trabalho, dado os índices de escolaridade e experiência. Ou seja, eles usam do sistema para entrar e subsistir nele.

Sobre o sentido atribuído pelos agentes ao lixo, posso afirmar que embora o contato diário com os resíduos sujos marque o agente de diferentes maneiras: como marcas provisórias ou temporárias, como a sujeira e o mau cheiro, ou como marcas de comportamento, como a diminuição do tabu do lixo, do puro e do impuro, não formulam na consciência um sentido místico ou mágico para o lixo. Na lógica "nativa" ou dos catadores, o sentido do lixo não existe, porque o resíduo não é lixo, é dinheiro e é trabalho.

A pergunta que melhor se encaixaria nesse contexto é: qual é o valor do resíduo? A resposta para esse questionamento poderia ser um trabalho mais extenso que

esse, pois o valor pode ser atribuído em diferentes níveis, não só no econômico, mas também o valor entendido como um conjunto de códigos éticos.

Aproveitando a deixa, observo os perigos da militância ambientalista baseada em códigos, valores e na ética aplicada somente como lembrete. Questiono o peso que se tem atribuído à respeito da tão falada, escrita e defendida "sustentabilidade". Atualmente o posicionamento ecológico tem sido cobrado tanto quanto, ou ainda mais, que o posicionamento religioso. A defesa dos recursos e a condescendência ao ativismo tornou-se uma moralidade cobrada por muitos.

Essa realidade não é um problema, e essa afirmação não é uma crítica. Concordo que a defesa das incontáveis vidas existentes no planeta deve continuar, e sobretudo, ser concretizada. O que devemos evitar, e isso começa com o questionamento da nossa própria prática pessoal, é que a moralidade ecológica tenha se tornado tão hipócrita quanto a prática de muita moralidade religiosa. Há muitas instituições que cobram, apontam ou legislam, enquanto continuam perpetuando a depredação.

Sobretudo, para se pensar em uma saída é necessário saber que a catação de lixo é atualmente um mundo de contradições e de conflito de interesses. De um lado, estão as agentes que enfrentam uma realidade instável todos os dias, tanto no que se refere ao preço e à quantidade de material nas ruas quanto a política de gestão de resíduos da cidade. Do outro lado, está o desinteresse da população, o desincentivo político, e a desvalorização do trabalho do catador.

Para que a realidade encontrada seja melhorada, deve-se exigir a abordagem e a ação constante, através da educação ambiental, de política pública, de gestão de resíduos, de desenvolvimento e combate à pobreza, a erradicação da precariedade de alguns trabalhos.

Como já escrito anteriormente, espero ter demonstrado que esse tema não é algo que possa ser trabalhado com apenas um olhar disciplinar, mas sobretudo, há que se voltar o olhar para o ser humano, que depende da separação para sobreviver, e refiro-me, principalmente, àqueles que não estão assegurados por uma cooperativa.

Por mais garantido que seja a legalidade dessa luta, o trabalho a ser feito ainda é desafiador, urgente e necessário, seja no que consiste a (des)construção social de que é motivo vergonha, seja na consciência politicoambiental e socioambiental a respeito da vivência dos humanos no Planeta e da sobrevivência do Planeta ao homem.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dividido minhas considerações em dois grandes eixos. O primeiro apresenta a gestão do lixo, reivindicada pela cooperativa, como uma ferramenta da administração municipal, que possibilita o desenvolvimento econômico, ambiental, social da cidade de Foz do Iguaçu. A reivindicação é o posicionamento dos agentes ambientais da COAAFI, identificada através da minha pesquisa etnográfica. Esse discurso tem por base o trabalho militante realizado por eles em prol da educação ambiental, da regulamentação do trabalho do catador como agente de limpeza pública, entre outras reivindicações.

A pesquisa mostra como se dá a resistência ao desincentivo que tem se perpetrado na cidade, e não a resistência a um trabalho formal, como proposto por mim no início, como uma guia de pesquisa. A afirmação, demonstrada pelos cooperados em suas práticas cotidianas, de que esse emprego é como qualquer outro, de que elas são profissionais de reciclagem e de limpeza pública, criou em mim uma espécie de orgulho de pertencer a esse grupo, organizado em um movimento nacionalmente reconhecido – Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis, MNCR - que promove encontros e eventos de formações.

Embora o grupo seja organizado, tanto nacionalmente quanto municipalmente, e conte com diversos incentivos garantidos por lei, a situação real dos catadores não torna o trabalho viável tanto economicamente quanto socialmente. Isso é mostrado pelo levantamento realizado pelo governo e publicado no Plano Nacional de Resíduos Sólidos. No país todo, os catadores de materiais sofrem com a falta de dignas condições de trabalho. Sendo a situação um pouco melhor no sudeste do país, reafirmando os questionamentos feitos através de estudos a respeito da Justiça Ambiental.

Problematizar a realidade do trabalho dos catadores passa por questionar o que é o limpo e o sujo e de como a precarização do trabalho da limpeza se formou no mercado de trabalho. A primeira parte pode ser entendida como a apresentação do trabalho do catador na cidade de Foz do Iguaçu, bem como, da forma com que a coleta seletiva e gestão de resíduos são feitas na cidade.

Para isso alguns questionamentos sobre a reciclagem foram levantados, considerando o consumo consciente como um dos objetivos a ser conquistados, já que a proposta é a criação de uma sociedade mais saudável a longo prazo.

Durante a pesquisa, ouvi de um de meus colegas o argumento que a mudança na gestão dos resíduos seria uma forma de incentivar e legitimar a forma de consumo abusivo da sociedade atual. Porém, hoje compreendo que, muito pelo contrário, essa é uma ferramenta fundamental para a conscientização a respeito do lixo produzido individualmente. Manter a inércia a respeito da gestão residual é a única forma de dar continuidade à ignorância dos moradores da cidade enquanto a essa questão e a tantas outras que dela se desdobram.

A situação demonstra falta de interesse por parte dos governos municipais e falta de fiscalização por parte do governo estadual. A prorrogação do prazo estabelecido pela Lei Nacional de Resíduos Sólidos de terminar com os aterros sanitários (também chamados lixões) até 2014 foi estendida, como comentado anteriormente, em alguns casos para o ano de 2021. Dessa forma o cumprimento da Lei, datada de 2010, ficará ainda mais difícil de ser efetivado, considerando que a cada ano a quantidade de resíduos aumenta, gerando assim, mais custo ao meio ambiente e ao Estado.

Como podemos observar, o gerenciamento dos resíduos sólidos está muito atrasado no Brasil, o que caberia ser feito, e seria mais eficiente a aplicação de multa às cidades ou aos estados que ainda não tenham cumprido a meta estabelecida pela lei. Isso provavelmente agilizaria a regulação por parte dos municípios e dos estados que ainda utilizam o aterro sanitário como alternativa de limpeza pública.

Porém, os senadores ao serem pressionados por suas bases, defensoras de interesses municipais, e ao considerar o tamanho do investimento a curto prazo que levaria a correção das irregularidades, acabaram estendendo o prazo de cumprimento da lei, cedendo a propostas de criação de emendas, que acabaram atrasando o desenvolvimento sustentável ou, melhor dito, ecológico do país.

Um grande dilema vivido pelos brasileiros é o fato de o país ser considerado uma potência, e se posicionar internacionalmente como tal, envaidecendo-se com a bandeira de estabilidade e crescimento, enquanto milhões de brasileiros sofrem com a falta de saneamento básico, um dos pilares para a construção de uma cidade “moderna”.

Essas contradições brasileiras já foram relatadas por antropólogos, inclusive, historicamente, o discurso de identidade nacional foi construído assim, através da falsa premissa de igualdade, tanto no que diz respeito à mestiçagem, como no que diz respeito à alegria incondicional do brasileiro.

Defendo aqui que o papel do antropólogo não se restringe a trabalhar

com a teoria antropológica. Pelo contrário, a fundamentação é o que servirá para dar início a um papel mediador entre o grupo e o estado, sempre que isso for solicitado.

Ao estudar esse caso específico, posso afirmar que o cenário é ainda desolador. Apesar de toda essa dificuldade e desigualdade, Foz do Iguaçu é considerada atualmente a terceira cidade mais inteligente no estado do Paraná²⁹. E, conforme análise do Plano Nacional de Resíduos, a região sul é um dos estados que mais têm se adequadado às normas nacionais.

Considerando que esse trabalho foi realizado somente com os agentes da cooperativa, que são minimamente amparados pelos poderes público e privado, e que vivem em uma situação menos insalubre por separar o trabalho de sua casa, podemos facilmente fazer uma projeção sobre como deve ser a situação vivida pelos trabalhadores autônomos, que geralmente não fazem parte da cooperativa por ter alguém doente em casa ou que precise de cuidados, ou que não tem mais força para aguentar a dura carga horária de 8 horas de trabalho por dia, ou que não tem lugar onde deixar as crianças, levando consigo-as junto aos carrinhos.

Poderia pesquisar as mais variadas impossibilidades que impedem o catador autônomo de se filiar à cooperativa, porém tais pesquisas devem ser realizadas também pelo poder público, visto que as realidades são completamente distintas e das mais precárias possíveis, que exigem o trato com psicólogos, assistente sociais, médicos, etc.

Fazer a conclusão desse trabalho monográfico que teve os momentos de entrada e saída da pesquisa de campo é pouco confortável para mim. Saber que a situação de trabalho e subsistência dos agentes ambientais de Foz tem se tornado cada dia mais difícil e em contrapartida a situação da atual gestão municipal não oferece nenhuma perspectiva de melhora só me causa decepção e revolta.

Por esse motivo, a pesquisa só encerrará essa etapa de graduação, porque o trabalho não finaliza com a aprovação ou a apresentação de meus resultados. Aqui ofereço algumas importantes ferramentas para seguir com a divulgação do trabalho da cooperativa, a conscientização a respeito da correta separação do lixo, a luta pela dignificação do trabalho do catador e pela gestão responsável dos resíduos.

Para isso, a antropologia ofereceu-me a base teórica para entender as cidades e a forma com que as relações são formadas e diluídas nos espaços urbanos.

²⁹ Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/as-50-cidades-mais-inteligentes-do-brasil-em-2016>. Acessado em 20 de junho de 16. Às 20h05.

Através da mesma disciplina é possível identificar e contribuir com os grupos que existem, reivindicam, militam, subsistem e resistem na cidade.

Das mais diferentes formas essa contribuição pode ser realizada, nesse caso, o sentido do lixo tem um sentido mais econômico do que ecológico. No trabalho com a COAAFI, tive que frear minhas indagações ontológicas e filosóficas a respeito do ciclo de vida de um material, e me ater à vivência e à experiência do agente ambiental, para experimentar e fundamentar a cobrança de solução e o pedido de providência que todos os dias é feito pelos catadores, seja na rua ou no barracão.

Concluo afirmando que esse é um trabalho, sobretudo, introdutório, pois revela que as dificuldades vividas pelo catador de reciclagem são formadas nessa sociedade, mesmo que a superação de tais dificuldades seja a formulação e a proposta de uma nova cidade, nova principalmente no sentido da necessidade de uma nova administração municipal.

A nova cidade exige a aproximação de tudo o que é discursado ou está presente no papel, na letra da lei, para com o que é vivido pelos agentes ambientais. Porque enquanto a política ecológica se resumir ao discurso ou à propaganda de sustentabilidade haverá esses polos contraditórios. A ecologia descomprometida com a propaganda e comprometida com o Planeta não deve estar na política, mas na atitude, na razão, na consciência de todo cidadão, principalmente nos governantes e nos políticos.

7. REFERÊNCIAS

- BESEN, G. R. Coleta seletiva com inclusão de catadores: construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2011
- CANCLINI, G. Nestor. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Editora USP.
- Dicionário de políticas públicas / Organizadores: Carmem Lúcia Freitas de Castro, Cynthia Rúbia Braga Gontijo, Antônio Eduardo de Noronha Amabile. Barbacena: EdUEMG, 2012.
- Estado do Paraná, PREP – Plano de Regionalização do Estado do Paraná, 2012.
- FRAGA, Alexandre Barbosa, O trabalho de quem vive no lixo, 2005
- LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos, Ensaio de Antropologia Simétrica, 1991.
- LATOUR, Bruno. Políticas da Natureza como fazer ciência na democracia, EDUSC, 2004.
- MAGNI, Ana Amélia Calaça. Cooperativa de catadores de resíduos sólidos urbanos: perspectivas de sustentabilidade: Faculdade de Saúde Pública da USP, 201.
- MATTA, da A. Roberto. O que faz do brasil, Brasil, Editora Rocco LTDA, 1986.
- Ministério do Meio Ambiente, versão preliminar do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, Brasil, 2012. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/253/_publicacao/253_publicacao02022012041757.pdf.
- PEIRANO, Mariza, Teoria viva e outros ensaios de Antropologia. Jorge Zahar Ed. 2006
- Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, PMSB/FI Plano Municipal de Saneamento Básico de Foz do Iguaçu, 2012.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Record, 2003